

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR

2001/2003



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NOS
COMPROMISSOS INTERNACIONAIS
- UMA AFIRMAÇÃO DO ESTADO -**

DOCUMENTO DE TRABALHO

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA
RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO
ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

JOÃO CARLOS FERREIRA GOUVEIA
Major Infantaria

RESUMO / ABSTRACT

Este trabalho tem como principal objectivo identificar quais os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português em que o Exército participa, analisá-los e relacioná-los, de modo a verificar de que modo e em que áreas se traduzem numa maior afirmação do Estado Português na Europa e no Mundo.

Esta participação tem vindo a tornar-se cada vez maior, pelo que a presença portuguesa, fazendo sentir-se cada vez mais, projectará certamente uma imagem de um Portugal mais actual, cooperante, desenvolvido e determinado a cumprir os compromissos internacionais que politicamente assume.

The main goal of this work is that of identifying which international commitments involving the participation of the Army are undertaken by the Portuguese State, analysing and relating said commitments so as to examine to what extent, and in which areas, these contribute to a greater affirmation of the Portuguese State in Europe and the World in general.

The participation of the Portuguese Army has become increasingly greater, and this Portuguese presence which is felt with growing intensity, will certainly project an image of a more modern, co-operative and developed Portugal determined to comply with the international commitments it undertakes at a political level.

Instituto de Altos Estudos Militares, 5 de Dezembro de 2002

DEDICATÓRIA

Para a Helena e João Nuno

AGRADECIMENTOS

Pela atitude prestável e generosa com que me receberam e auxiliaram na execução deste trabalho, agradeço com elevada consideração e estima às seguintes pessoas:

MajGen Pinto Ramalho, Director da DGPDN;

MajGen - General Freire Nogueira, Director da DAMP;

Cor Art Valdemar Patrício, Director de Serviço do Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa / DGPDN;

Dr. Henrique Castanheira, do Departamento de Relações Multilaterais da DGPDN;

Cor Cav José Sardinha, da Divisão de Recursos / EMGFA;

TCor Inf Pereira da Silva, da Divisão de Planeamento Estratégico Militar / EMGFA;

TCor Inf Jorge Brito, do Departamento de Cooperação Técnico- Militar / DGPDN;

TCor Inf Joaquim Santana, do Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa / DGPDN;

TCor Art António Cavaleiro, da Secção de Cooperação Militar e Alianças / Gab CEME;

TCor TPAA Filipe Gomes, da Divisão de Recursos / EMGFA;

Maj Art Morgado Silveira, Oficial orientador deste TILD;

Maj Cav Paulo Zagalo, da Divisão de Recursos / EMGFA;

Cap Inf Rui Pires, da Secção de Cooperação Militar e Alianças / Gab CEME;

SAj Art José Ventura, da Secção de Cooperação Militar e Alianças / Gab CEME.

Agradeço também a todos os camaradas do Curso de Estado-Maior 2001-2003, pelos contributos que foram dando ao longo do curso, e que em muito ajudaram a estruturar e realizar este trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

Agr	Agrupamento
Apx	Apêndice
Art	Artilharia
Cap	Capitão
Cav	Cavalaria
Cor	Coronel
DIRec	Divisão de Recursos
DirGPDN	Director-Geral de Política de Defesa Nacional
DirGPEMNE	Director-Geral de Política Externa do ministério dos Negócios Estrangeiros
Eng	Engenharia
Gab	Gabinete
Gen	General
Inf	Infantaria
Maj	Major
MajGen	Major-General
SAj	Sargento Ajudante
TCor	Tenente-Coronel
TenGen	Tenente-General

LISTA DE SIGLAS

BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
CECM	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CMUE	Comité Militar da União Europeia
COPS	Comité Político e de Segurança
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Computer Assisted Exercises
DAMP	Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal
DELNATO	Delegação NATO
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
ECMM	European Community Monitoring Mission
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMUE	Estado-Maior da União Europeia
EUMM	European Union Monitoring Mission
EUROFOR	Rapid Deployment Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
GOCEDN	Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional
HFC	Helsinki Forces Catalogue
HQ	Headquarters
HQ HRFL	Headquarters High Reaction Force Land
IFOR	Implementation Force
INTERFET	International Force for East Timor
ISAF	International Security Assistance Force
JHQ SOUTHWEST	Joint Headquarters Allied Forces Southwest Europe
KFOR	Kosovo Force
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Sara Ocidental

MIO	Maritime Interdiction Operations
MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MP	Military Police
NATO	North Atlantic Treaty Organization
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUGIL	Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano
ONUMOZ	Missão das Nações Unidas em Moçambique
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PECS	Política Europeia Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PfP	Partnership for Peace
REPMIL	Representante Militar
RHQ AFNORTH	Regional Headquarters Allied Forces North Europe
RHQ EASTLANT	Regional Headquarters Eastern Atlantic Area
SACLANT	Supreme Allied Command Atlantic
SACLANTCEN	SACLANT Undersea Research Centre
SFOR	Stabilization Force
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Power Europe
TILD	Trabalho de Investigação de Longa Duração
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UN	United Nations
UNAVEM	United Nations Angola Verification Mission
UNCRO	United Nations Confidence Restoration
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMISET	United Nations Mission of Support In East Timor
UNMO	United Nations Military Observer
UNMOP	United Nations Mission of Observers in Prevlaka
UNOMSA	United Nations Observers Mission in South Africa
UNPREDEP	United Nations Preventive Deployment Force
UNPROFOR	United Nations Protection Force
UNSCR	United Nations Security Council Resolution
UNTAET	United Nations Transitional Administration for East Timor
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group
USA	United States of America

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Definição do Objectivo da Investigação	3
Importância do Estudo	3
Delimitação do Estudo	4
Tipo de Investigação e Metodologia	4
Organização e Conteúdo do Estudo	5
 I. REVISÃO DE LITERATURA	6
I.1. Enquadramento Conceptual	6
I.2. Tipologia dos compromissos internacionais	10
 II. A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO ESTADO PORTUGUÊS.....	12
II.1. Quadro Legal em Vigor	12
II.2. Os Compromissos Internacionais.....	13
II.2.1. Cargos no exterior do território nacional	14
II.2.1.1. Missões militares junto das representações diplomáticas	14
II.2.1.2. Cargos militares internacionais EUROFOR - EUROMARFOR	15
II.2.1.2.1. As Euro-Forças na luta contra o terrorismo	17
II.2.1.3. Cargos internacionais OTAN.....	18
II.2.1.4. Missões militares junto da OTAN	18
II.2.1.5. Comité Militar e Estado-Maior da UE.....	19
II.2.1.6. Cargos internacionais civis.....	21
II.2.1.7. Cargos militares dependentes de outros ministérios.....	22

II.2.2. Missões internacionais militares	23
II.2.2.1. Organização do Tratado do Atlântico Norte	23
II.2.2.2. Organização da Nações Unidas	24
II.2.2.3. União Europeia	31
II.2.2.4. Organização para a Segurança e Cooperação na Europa	33
II.2.3. Cooperação técnico-militar	34
II.2.4. Actividades Militares do âmbito Bilateral	35
II.2.5. Exercícios Militares Multinacionais.....	36
 III. A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS – UMA AFIRMAÇÃO DO ESTADO	38
III.1. A Política de Defesa Nacional.....	38
III.2. O Planeamento Estratégico em Portugal.....	39
III.3. A Afirmação do Estado Português na Europa e no Mundo	42
 CONCLUSÕES E PROPOSTAS	45
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
 ENTREVISTAS REALIZADAS	
 LISTA DE APÊNDICES	
 LISTA DE ANEXOS	
 APÊNDICES	
 ANEXOS	

*Acordei com insónia
Curioso de saber primeiro
Afinal quem fora para a Bósnia:
Se a vontade individual,
Ou a de um povo inteiro,
A vontade de Portugal!*

Tenente - General Chito Rodrigues

“Em lugar de andarmos a ter saudades do passado, temos de ter saudades do futuro, vendo primeiro de que futuro queremos ter saudades”

Agostinho da Silva, Filósofo

INTRODUÇÃO

Na actualidade, os Estados Políticos procuram a prossecução dos seus objectivos de segurança, progresso, e bem-estar cada vez menos confinados ao seu espaço territorial, mas fundamental e principalmente no quadro dos acordos, alianças e organizações internacionais em que estão integrados ou de que fazem parte. Nesse sentido, o Estado Português, por via da política externa que é perseguida no âmbito do programa do governo, designadamente na área da Defesa Nacional¹, assume compromissos internacionais de diversa ordem e nos quais se destaca a participação das Forças Armadas.

No actual programa do governo, poderemos facilmente depreender este desiderato e que é explanado nas seguintes redacções: “O sistema internacional vive, neste princípio de século, momentos de grande perturbação que afectam profundamente uma ordem internacional que tarda em definir-se.”², “(...)instabilidade de um sistema internacional que requer, do Estado Português e dos seus aliados, um esforço suplementar de coordenação e cooperação internacional.”³, “(...)o Governo reafirma o seu empenhamento no esforço de adaptação e actualização do funcionamento das instituições internacionais, como é o caso da Organização das Nações Unidas, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da União Europeia, da União Europeia Ocidental e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, às exigências do novo ambiente estratégico. A participação de Portugal nestas organizações internacionais, aliada ao fenómeno da globalização, situa hoje os nossos objectivos de segurança nas diversas regiões do planeta e impõe uma nova

¹ Programa do XV Governo Constitucional – Defesa Nacional, in www.mdn.gov.pt-Defesa.

² Programa do XV Governo Constitucional, op. cit., p. Web 1.

³ Programa do XV Governo Constitucional, op. cit., p. Web 1.

caracterização das fronteiras que temos de defender e dos cenários de intervenção onde o interesse nacional possa ser posto em causa. Este novo desafio de dimensão global exige uma postura assente em múltiplos vectores, nomeadamente políticos, militares, económicos e culturais, e para cuja resposta a consistência de atitudes, de opiniões e de reacções é imperiosa. No quadro das relações externas político-militares, Portugal assume com clareza a sua inserção geográfica e política no espaço euro-atlântico, contribuindo como aliado para os sistemas de segurança internacionais nos quais estamos integrados, e cujo alargamento se considera fundamental para a estabilidade e a paz do continente Europeu e do Mundo.”⁴

No âmbito das missões que são atribuídas às Forças Armadas decorrentes da aplicação da política atrás definida, o Exército Português participa activamente e cada vez com maior destaque nos compromissos internacionais de Portugal⁵, como veremos adiante neste trabalho.

Os cargos militares e diplomáticos, as missões militares, a cooperação técnico-militar, as actividades do âmbito bilateral e os exercícios militares multinacionais em que o Exército Português contribui com meios humanos e materiais, dão seguramente a Portugal uma maior projecção e afirmação como Estado desenvolvido e de destaque no panorama internacional. Assim sendo, da participação do Exército Português nesta área, resultará certamente uma mais valia e um enriquecimento em níveis distintos e que se tentarão vislumbrar.

A Política de Defesa Nacional e o Planeamento Estratégico em Portugal não são seguramente alheios a este facto, sendo que deverá existir uma interligação estreita entre estas áreas e os compromissos internacionais que o Estado Português assume. De igual modo importará referir em que medida interessa a Portugal e aos seus objectivos e interesses enquanto Estado que se procura cada vez mais afirmar no contexto internacional, o actual enquadramento e rácio participativo no quadro destes compromissos, bem como o desenvolvimento de uma participação mais alargada e intervenção activa no processo de decisão neste mesmo quadro.

⁴ Programa do XV Governo Constitucional, op. cit., p. Web 2.

⁵ Ver Anexos E, F e G.

Definição do Objectivo da Investigação

Esta investigação tem como principal objectivo, identificar quais os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português em que o Exército participa, analisá-los e relacioná-los, de modo a verificar de que modo e em que áreas se traduz numa maior afirmação do Estado Português na Europa e no Mundo.

Pretende-se encontrar a resposta ou respostas para a seguinte questão central: “De que modo a participação do Exército Português nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado contribui para a afirmação de Portugal na comunidade internacional?”.

Importará também salientar se existe uma estratégia nacional para o enquadramento destes compromissos internacionais, em que medida deve ser idealizado um novo quadro da participação portuguesa nestes compromissos internacionais e ainda qual a verdadeira contribuição destes compromissos internacionais, para a afirmação do Estado Português, nos diferentes níveis e estruturas das sociedades e comunidades internacionais em que se inserem.

Importância do Estudo

O reflexo mais visível da globalização, está patente nos fenómenos de transnacionalidade que atravessam as sociedades, conferindo uma transparência cada vez maior às fronteiras físicas dos Estados, dando lugar a um novo conceito de fronteira, que engloba todo o espaço de interesse e de intervenção do Estado⁶.

A importância deste estudo reside no facto da participação do Exército Português nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português - cargos, missões militares e diplomáticas, cooperação técnico-militar, actividades do âmbito bilateral e exercícios militares multinacionais - se constituir num factor fundamental para a afirmação do Estado Português na Europa e no Mundo. Esta participação tem vindo a tornar-se cada vez maior, pelo que a presença portuguesa projectará certamente uma imagem de um Portugal mais actual e cooperante,

⁶ Ministério da Defesa Nacional, Livro Branco da Defesa Nacional 2001, www.mdn.gov.pt/publicações.htm , p. 4.

desenvolvido e determinado a cumprir os compromissos internacionais que politicamente assume.

Delimitação do Estudo

Este estudo procura abordar o tema da participação do Exército Português nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, nomeadamente os cargos, missões militares e diplomáticas, cooperação técnico-militar e exercícios militares combinados no âmbito da União Europeia, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da Organização das Nações Unidas, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Tipo de Investigação e Metodologia

Este tipo de investigação enquadra-se no “Desenvolvimento Experimental” – Trabalho baseado em conhecimentos existentes, obtidos por experiências práticas ou por investigação com o objectivo de produção de novos materiais/melhoramento dos existentes. O método utilizado ao longo do trabalho é o “Científico Dedutivo” – do geral para o particular (apoiado em dados estatísticos).

Pretende-se efectuar uma pesquisa documental do enquadramento legal, da administração de recursos humanos e dos diversos organismos intervenientes no processo conducente à participação do Exército nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

Procurar-se-á investigar no histórico e na actualidade do quadro da participação do Exército Português nos compromissos internacionais, na constituição de forças militares que efectivam essa participação, na área da Política de Defesa Nacional e do Planeamento Estratégico em Portugal e respectivo planeamento de forças numa perspectiva de entendimento e enquadramento de todo este processo.

Pretende-se concluir da importância desta participação, das mais valias resultantes para a afirmação do Estado Português no contexto internacional, levantar algumas questões que se entendam pertinentes e que de algum modo

contribuam para uma análise objectiva e mais cuidada do tema em apreço, bem como propor caminhos a seguir para um maior contributo da participação de Portugal.

Organização e Conteúdo do Estudo

Depois de uma introdução, articula-se o estudo em três partes fundamentais:

- A primeira parte orientada para a parte conceptual, onde se procura fazer uma revisão de literatura, no sentido de se enquadrar o tema central, bem como tipificar os compromissos internacionais que serão analisados à luz da participação nos mesmos por parte do Exército.
- Numa segunda parte pretende-se fazer um enquadramento legal de todo este processo, as entidades envolvidas, e caracterizar a tipologia dos compromissos internacionais.
- Numa terceira parte, abordar a Política de Defesa Nacional e o Planeamento Estratégico de Portugal no que concerne ao tema em estudo.

Apresenta-se no final do trabalho as conclusões derivadas da investigação efectuada no sentido de responder à questão central que foi levantada, bem como um conjunto de propostas que se julgam pertinentes apresentar, no sentido de consolidar a participação portuguesa no quadro destas participações.

I. REVISÃO DE LITERATURA

“O Exército deverá estar apto a realizar todo o espectro de missões que vai das operações de combate às operações de apoio à paz. Continuará, deste modo, a contribuir para a segurança e defesa nacionais e para a projecção internacional de Portugal, participando em moldes adequados e proporcionais à sua dimensão territorial, económica e demográfica nos sistemas colectivos de que o País faz parte.”⁷

General Silva Viegas

I.1. Enquadramento Conceptual

Desde que o Estado Português emergiu da normalidade institucional em que entrou com o desaparecimento da ameaça espanhola e o fim da guerra colonial, impulsionado pelo novo desenho de poder mundial com a queda do muro de Berlim e em que o quadro dos acordos e alianças assume fundamental relevância no contexto da afirmação portuguesa, que os compromissos internacionais assumidos se revestem de particular importância. Mais ainda, num mundo em que a ameaça terrorista envolve todo um planeta com um manto de indefinição e insegurança, onde os valores de ontem aparentemente não são mais os de hoje, a cooperação na área da segurança e defesa tornaram-se não só num factor de união entre povos e que sobressai no quadro dos acordos e das alianças de que Portugal faz parte, mas também e principalmente num factor de afirmação do Estado Português no seio da União Europeia e do Mundo.

O Prof. Políbio de Almeida enuncia quatro estratégias⁸ fundamentais para as actuações do pequeno estado na ordem internacional:

- “(...) o pequeno estado deve aceitar as desigualdades de poder e de força como um fenómeno corrente (...)”
- “(...) o estado mais fraco deve potenciar e explorar as semelhanças que possa ter com outros estados, principalmente se situam ao seu nível de poder e acima dele (...)”

⁷ Directiva para o aprofundamento do processo de reorganização do Exército, Directiva n.º 263/CEME/01, Lisboa, Dezembro de 2001, p.3.

⁸ Políbio de Almeida, “O Poder do Pequeno Estado”, ISCSP, Lisboa, 1990, p.351 a 352.

- “(...) não é possível fugir à interdependência (...) a interdependência pode conduzir a formas cada vez mais elaboradas de cooperação (...) o papel das alianças é muito importante no contexto das estratégias do pequeno estado (...)”
- “(...) necessidade de manter e desenvolver os laços históricos, linguísticos e culturais com estados de maior afinidade (...)”.

Decorre da análise destas estratégias que, um estado como Portugal deverá apostar veemente numa política externa que conduza à afirmação da sua presença nas Alianças e Organizações Internacionais de que faz parte, designadamente a União Europeia, a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Organização para a segurança e Cooperação na Europa. Deve também apostar fortemente no desenvolvimento dos laços históricos, linguísticos e culturais, bem como explorar e potenciar as semelhanças que tem com outros estados, factores que verificamos ser as linhas de orientação na cooperação com os Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, neste caso especificamente a cooperação técnico-militar que actualmente é uma forte componente da política externa portuguesa, bem como um forte apoio da diplomacia no relacionamento com outros estados.

Ray Cline, afirmou que um estado sem massa crítica⁹ dificilmente se afirma no contexto internacional, tendo inclusive para isso criado uma fórmula Geopolítica que traduzia o Poder Percebido (Pp)¹⁰ de cada estado ou unidade política, onde se multiplicava a vontade nacional somada aos objectivos estratégicos por outra parcela constituída pela soma da população, território, capacidade militar e capacidade económica. Diríamos, como afirmou Políbio de Almeida, que “ a quantificação do poder do estado é uma tarefa quase impossível”¹¹, sendo que à época em que foi equacionada esta fórmula, a sua aplicação no ordenamento dos estados em termos de poder faria muito mais sentido do que actualmente.

Consideramos que, hoje, a estratégia nacional de um estado é multiplicadora do seu poder nacional, desempenhando um papel fundamental na afirmação nacional relativamente ao seu posicionamento e influência perante a comunidade internacional.

⁹ Soma da População com o Território, pontuando os diversos estados quanto a estes dois factores.

¹⁰ Ray Cline, “World Power Assessment 1977”, Ed Georgetown University, Washington, 1977, p. 135.

¹¹ Políbio de Almeida, op. cit., p.351 a 352.

Como afirmou o Prof. Freitas do Amaral, Portugal passou por dois períodos anteriores, o do conceito estratégico de defesa contra a ameaça soviética, de 1982 até à queda do muro de Berlim em 1989 e o da cooperação africana de 1989 até 1995, sendo que agora “Desenha-se um novo conceito estratégico nacional – o da tripla internacionalização: na Europa, na cooperação com os PALOP e nas missões de *peace keeping* e de carácter humanitário.”¹²; diríamos que, de facto, é momento presente a participação do Exército nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português e que num mundo onde “quem não está não conta”, a afirmação de Portugal no seio da comunidade internacional suporta-se em parte nas performances que vierem a ser conseguidas e que, por conseguinte serão factores de potenciação do seu poder nacional.

Conforme proferiu S.Ex.a o Presidente da República Portuguesa: “ (...) a acção estratégica estar hoje também orientada para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo. E é nesta última vertente que se inserem as recentes acções militares nacionais no âmbito das novas missões das Forças Armadas em apoio da política externa do Estado, que têm contribuído de forma significativa e eficaz para tal afirmação”¹³, hoje, mais do que nunca, a componente da Defesa Nacional que participa nos compromissos internacionais é um vector que sobressai na política externa de Portugal, fruto da participação e cooperação que é efectuada no quadro das alianças a que pertencemos e dos acordos e intercâmbios ao nível bilateral e multilateral.

Considerando as palavras do actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. António Martins da Cruz, “a nossa participação da NATO vai a par com dois outros vectores igualmente importantes: o relacionamento preferencial com os Estados Unidos, país com o qual partilhamos uma fronteira marítima atlântica, e a proposta de consolidação das capacidades europeias em matéria de segurança e, a longo prazo, de defesa, que são um dos desígnios da União Europeia que partilhamos”¹⁴, verificamos que nas grandes linhas da política externa portuguesa a vertente dos compromissos internacionais na área da defesa é permanente e partilha o espaço

¹² Diogo Freitas do Amaral, “Novas Missões das Forças Armadas”, VISÃO n.º 350, Novembro de 1999, p. 226.

¹³ Dr. Jorge Sampaio, alocução proferida na Sessão de Abertura do Ano Lectivo 96/97 do Instituto de Defesa Nacional.

¹⁴ Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, António Martins da Cruz perante a Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa da Assembleia da República, em 18 de Junho de 2002, p.1.

de actuação global, desde o quadro da OTAN e UE até à ONU e OSCE, conforme palavras do mesmo governante: “um país como Portugal tem que saber aproveitar o quadro multilateral, nomeadamente o sistema das Nações Unidas, para projectar os seus interesses e multiplicar a visibilidade das suas posições; também neste contexto é importante a actual Presidência da OSCE, que exerceremos até ao final do corrente ano”¹⁵.

A Defesa Nacional possui hoje uma componente de participações no exterior do território nacional como em nenhuma outra altura da nossa história, onde, como veremos adiante neste trabalho, o Exército participa com um potencial humano de grande destaque em conjunto com os outros ramos das Forças Armadas. Como explana Nuno Rogeiro na suas recentes mil páginas sobre a Defesa Nacional: “(...) A Defesa Nacional não se faz hoje, seguramente, nas Linhas de Torres, ou guarnecendo fortalezas longínquas (...) A fronteira de Portugal esteve durante séculos definida na Europa, e nas suas parcelas afro-asiáticas. Hoje expande-se para as áreas onde existem contingentes em missões de paz, ou de ajuda a novas soberanias, sejam médicos militares no ISAF do Afeganistão, sejam instrutores das forças de autodefesa de Timor-Leste.”¹⁶.

Acrescentando às missões de paz e cooperação técnico-militar os cargos internacionais e as missões militares e diplomáticas, diríamos que, Portugal, como pequena potência, tem no seu factor humano o potencial estratégico e intelectual mais importante e decisivo para atingir os seus desígnios de afirmação no contexto internacional. É neste potencial estratégico que se enquadra a participação do Exército nos compromissos internacionais assumidos pelo estado, designadamente pelo desempenho de cargos e missões no exterior que embora enquadradas na área da defesa, possuem naturalmente outras vertentes que conduzem a uma maior presença e afirmação do País no seio da comunidade internacional.

Relativamente ao relacionamento com outros países do mundo em que a história provou ter Portugal uma vocação universal, como podemos, inclusive, retirar do actual programa do governo: “A nossa História e a nossa vocação universalista levam-nos a reafirmar o empenhamento no reforço dos laços de amizade e cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, identificando e

¹⁵ Ibidem, p.2.

¹⁶ Nuno Rogeiro, “Guerra em Paz – A Defesa Nacional na nova desordem mundial”, HUGIN Editores, L.da, Lisboa, Outubro de 2002, p. 7.

promovendo políticas criativas, tanto no relacionamento bilateral como multilateral”¹⁷, e que, analisando em conjunto com as citações já referidas anteriormente deste mesmo programa, verificamos que as directrizes governamentais para a Defesa Nacional abrangem com naturalidade e desejo de afirmação e empenhamento o relacionamento bilateral e multilateral, tanto em relação à área de interesse da CPLP e na cooperação técnico-militar com os PALOP, como na arena mundial nas organizações de que Portugal faz parte.

De facto, a participação efectiva de militares em missões internacionais é seguramente um vector de fundamental importância para a prossecução credível da capacidade de intervenção de Portugal que, através da sua presença e desempenho de missões internacionais no campo da defesa e segurança, se projectará cada vez mais como um estado desenvolvido e de sólida afirmação na cena internacional.

I.2. Tipologia dos compromissos internacionais

Os compromissos internacionais em que o Exército português participa vão desde os cargos militares e diplomáticos que são ocupados por militares nos quartéis gerais internacionais e nas missões militares junto das representações diplomáticas, como adjuntos ou acessores, às missões no âmbito das organizações internacionais, acordos e alianças de que Portugal faz parte, passando pela área da cooperação técnico-militar e das relações bilaterais, entre outras.

Neste sentido, para sistematizar e enquadrar melhor este estudo, optou-se pela divisão e escalonamento destes compromissos, como a seguir se indica:

1. Cargos no exterior do território nacional¹⁸:
 - a. Missões militares junto das representações diplomáticas;
 - b. Cargos militares internacionais EUROFOR - EUROMARFOR;
 - c. Cargos internacionais OTAN;
 - d. Missões militares junto da OTAN;
 - e. Comité Militar e Estado-Maior da União Europeia;
 - f. Cargos internacionais civis;

¹⁷ Programa do XV Governo Constitucional, op. cit., p. Web 2.

¹⁸ Subdivisão adaptada com base na que é utilizada pela DIRec / EMGFA.

- g. Cargos militares dependentes de outros ministérios.
- 2. Missões internacionais militares:
 - a. Organização do Tratado do Atlântico Norte;
 - b. Organização das Nações Unidas;
 - c. União Europeia;
 - d. Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;
- 3. Cooperação técnico-militar;
- 4. Actividades militares do âmbito Bilateral;
- 5. Exercícios militares multinacionais.

São estes cinco tipos de compromissos na área militar, envolvendo a participação de militares portugueses dos três ramos das Forças Armadas no apoio à prossecução da política externa de Portugal, que abordaremos seguidamente, direccionando a nossa abordagem mais para a participação do Exército, embora como parte de um quadro global e conjunto, como evidentemente não se poderá de todo dissociar.

II. A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO ESTADO PORTUGUÊS.

“(...) adequar as Forças Armadas aos novos tempos, o que exige a sua modernização, eficiência, reequipamento, prestígio e dimensão, adequando tais bases ao exercício das missões que politicamente lhes são confiadas :

- *a participação em missões de apoio à política externa, de carácter humanitário e da manutenção da Paz, quer no quadro nacional, quer no quadro das Organizações Internacionais de que somos membros - ONU, OTAN, UE e OSCE;*
- *a manutenção do empenhamento nos projectos de cooperação técnico-militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, bem como com Timor Leste após a sua independência, potenciando a sua eficácia.”¹⁹*

In Programa do XV Governo Constitucional

II.1. Quadro Legal em Vigor

“Se a política exige da guerra aquilo que esta não lhe pode dar, age contra as suas próprias premissas”²⁰

Clausewitz

Embora nos últimos tempos se tenham conseguido alguns avanços relativamente ao processo de nomeação de militares e da burocracia inerente a todo um processo que envolve movimentos para o exterior do território nacional, haverá que avançar um pouco mais no que respeita à participação de militares nos compromissos internacionais do estado, no sentido de dar mais credibilidade à participação de Portugal. Estes desenvolvimentos terão necessariamente que caminhar num sentido de adequação e acompanhamento dos tempos modernos, quer ao nível orçamental quer ao nível da celeridade do processo de substituição e rotatividade nas missões de carácter permanente.

¹⁹ Programa do XV Governo Constitucional, op. cit., p. Web 4.

²⁰ Gen Carlo von Clausewitz, “Da guerra”, Ed. Europa-América, Lisboa, 1997, p.37.

O funcionamento das instituições é de algum modo avaliado na celeridade processual com que tratam os assuntos que lhe dizem respeito. Da análise da legislação conducente à nomeação de militares para cargos no exterior do território nacional advém a necessidade de ter que existir uma grande coordenação, designadamente entre os Ministérios da Defesa Nacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Finanças para que, essencialmente, essa nomeação seja atempada e não crie situações de indefinição e de vazio no preenchimento do cargo.

O quadro legal actualmente em vigor respeitante à participação do Exército Português nos compromissos internacionais é de algum modo extenso por via de sucessivas actualizações respeitantes à natureza e duração das comissões, estatuto dos militares em missões no exterior do território nacional, composição de forças e carácter das missões, etc., pelo que se decidiu apresentar uma súmula em apêndice²¹.

II.2. Os Compromissos Internacionais

“A participação de Portugal em organizações internacionais é uma forma de afirmação do nosso país no contexto das nações, mas também um meio que possibilita que os interesses nacionais sejam salvaguardados, num mundo cada vez mais concorrencial e interdependente. As Forças Armadas Portuguesas, e nomeadamente o Exército, têm sido nos últimos anos um instrumento importante da política externa do Estado, conferindo mais visibilidade e credibilidade a essa política, através da sua presença em diversas regiões do globo, em apoio às actividades das organizações internacionais, nomeadamente da OTAN, OSCE, UEO, UE e Nações Unidas”²²

Cor Tir Eng Paiva Monteiro

²¹ Apêndice 12.

²² Cor Tir Eng Paiva Monteiro, “A Construção da Defesa Comum Europeia; Contributo do Exército Português através da sua participação em organizações internacionais”, CSCD, IAEM, 2002, p.4.

II.2.1. Cargos no exterior do território nacional

Consideram-se neste parágrafo todos os cargos individuais e de Estado-Maior a ocupar no exterior do território nacional, em sistema de comissão e rotatividade, por militares do Exército e dos outros ramos das Forças Armadas. O quadro dos diferentes tipos de participações abrange desde as missões militares junto das representações diplomáticas aos cargos internacionais civis, passando pelos cargos de Estado-Maior e de assessoria militar nas diversas organizações internacionais e alianças de que Portugal faz parte, designadamente a, OTAN, UE, ONU e OSCE.

Apresenta-se em anexo uma listagem discriminada²³ de todos estes cargos, com as atribuições de preenchimento para cada ramo das Forças Armadas, com referência especial ao Exército, e que se discriminará seguidamente em apêndices, para cada uma das subdivisões deste parágrafo, determinando-se a quota parte do exército relativamente aos outros ramos das Forças Armadas.

II.2.1.1. Missões militares junto das representações diplomáticas

“A diplomacia representa essencialmente a arte do compromisso”²⁴

Charles Philippe-David

Além de facilitar de sobremaneira a comunicação entre os Estados, a diplomacia visa, por um lado, assinalar intenções, compromissos e interesses, mas por outro, negociar e chegar a entendimentos. A diplomacia, segundo Brian White, corresponde a “um processo de comunicação que é central no funcionamento do sistema internacional”²⁵, com diversos instrumentos e componentes de todo um sistema de representatividade que é utilizado pelos estados nas suas representações diplomáticas ou embaixadas.

Os adidos de defesa ou missões militares junto das representações diplomáticas, fazem parte deste sistema de representatividade onde Portugal não é excepção à regra, sendo que actualmente Portugal possui 21 gabinetes de adidos

²³ Anexo A.

²⁴ Charles-Philippe David, “A Guerra e a Paz”, Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p.292.

²⁵ Brian White, “Diplomacy”, Ed. Oxford University Press, Oxford, 1997, p.250.

de defesa²⁶ espalhados pelo mundo, cargos esses que são distribuídos equitativamente pelos três ramos das Forças Armadas através do método da rotatividade. Actualmente, o exército ocupa sete desses gabinetes²⁷, o que representa 33% do total da representatividade das Forças Armadas.

Pelo seu necessário envolvimento nas actividades diplomáticas como representantes do Estado Português, e de aconselhamento e assessoria militar na área da defesa, estes cargos revestem-se de particular importância no sentido de promover o entendimento, acompanhamento e desenvolvimento de relações bilaterais que promovam o diálogo e cooperação neste domínio.

Sendo cargos com carácter de alguma permanência, podem constituir-se num grande contributo para uma eventual ligação às comunidades portuguesas existentes no País em que se encontram, consolidando a presença dessa comunidade, bem como da sua influência no País onde se encontram. É de salientar nesta altura que, grande parte destes gabinetes de adidos de defesa acumulam funções em outras representações diplomáticas onde não existe fisicamente o gabinete de adidos de defesa, como poderemos vislumbrar no anexo A.

II.2.1.2. Cargos militares internacionais EUROFOR - EUROMARFOR

Foi curiosamente em Lisboa, na reunião de Conselho de Ministros da União da Europa Ocidental, realizada no dia 15 de Maio de 1995, que a criação das Força Europeia Operacional Rápida (EUROFOR) e Força Marítima Europeia (EUROMARFOR) foram decididas e formalizadas. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos Estados-Membros reafirmaram então que a construção de uma Europa integrada continuaria incompleta enquanto não incluísse a componente de segurança e defesa. O mesmo conselho apoiou a decisão de Espanha, França e Itália na organização da EUROMARFOR e a EUROFOR, tendo apoiado também Portugal na participação nessas forças, na sequência de um processo iniciado já em 1993.

Estas forças seriam então declaradas “à ordem da UEO”, que as empregaria prioritariamente, podendo no entanto serem empregues no âmbito da OTAN, ficando

²⁶ Anexo A.

²⁷ Apêndice 1 - Anexo A.

também salvaguardado o facto de que o cumprimento das missões por parte da EUROFOR e EUROMARFOR não deveria comprometer a participação das unidades militares que as compõem nas missões de defesa comum previstas no artigo V do Tratado de Bruxelas Modificado - UEO - e no artigo V do Tratado de Washington – OTAN.

Portugal integra as estruturas de Comando e Direcção - Comité Interministerial de Alto Nível, as estruturas de apoio e as próprias forças. Integra o CIMIN através do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Director-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Director-Geral de Política de Defesa Nacional.

Quanto à EUROFOR, esta dispõe de capacidade de reacção rápida terrestre e pode projectar forças ligeiras “on call”, disponibilizadas pelos países de acordo com a missão a cumprir. Portugal contribui com oficiais e sargentos do Exército para a constituição do seu Estado-Maior e disponibilizou como força terrestre para integrar a EUROFOR, a Brigada Aerotransportada Independente, completa ou em módulos, conforme as necessidades específicas de cada missão.

O Estado-Maior da EUROFOR foi declarado operacional em 1997, sendo que o contributo operacional de Portugal para a constituição do Estado-Maior da EUROFOR, em Florença, Itália, não só constitui a maior delegação militar com carácter permanente no estrangeiro²⁸, como é de salientar que se tem revelado um positivo e credível apoio em todas as missões que têm sido desempenhadas. Também tem sido notório o seu envolvimento em diversos grupos de trabalho, no âmbito desta força, com especial incidência nas áreas da logística e do armamento.

Este Estado-Maior tem também efectuado estreita colaboração com a FINABEL²⁹, no auxílio ao estabelecimento de doutrina nas diferentes áreas da defesa dos países que a constituem e ainda na realização de estudos e testagem de equipamentos destinados às forças terrestres.

Em conjunto com a célula permanente da EUROMARFOR, em Roma, a representação de Portugal nas Euro-Forças é, actualmente, uma das

²⁸ Apêndice 2 - Anexo A.

²⁹ Organismo de coordenação dos Estados-Maiores do Exército da França, Itália, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Grécia e Portugal, criado em 1953. O seu principal objectivo é desenvolver contratos proveitosos e promover o entendimento e a interoperabilidade dos Exércitos dos estados membros.

representações do nosso país que envolve um número considerável de cidadãos nacionais, designadamente militares do Exército, que trabalhando em conjunto com militares estrangeiros, representam condignamente o Estado Português e dão credibilidade às suas Forças Armadas.

Como marco mais importante da participação de Portugal na EUROFOR, é de referir a prestigiante colocação de um oficial general português nas funções de Comandante da EUROFOR, em Novembro de 2002.

II.2.1.2.1. As Euro-Forças na luta contra o terrorismo

Na actual conjuntura internacional, o flagelo do terrorismo é cada vez mais uma preocupação para os estados. O sucesso do esforço global contra o terrorismo está dependente do grau de empenhamento desse esforço e, por conseguinte, resulta da participação efectiva em acções destinadas a combater as suas actividades, bases de apoio e organização.

Uma “Task Group” da EUROMARFOR iniciou em Outubro de 2002 a operação “Coherent Behavior” no Mar Mediterrâneo. Esta operação foi inicialmente concebida no seguimento do esforço internacional de luta contra o terrorismo após os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. A missão estabelecida para esta operação é a de controlar as linhas de comunicação, áreas de interesse e rotas marítimas de comércio no Mar Mediterrâneo, estando a força preparada para levar a cabo Operações de Interdição Marítima³⁰. O objectivo global desta operação é o de demonstrar o empenho e determinação da Europa no esforço global de luta contra o terrorismo.

Relativamente à participação dos quatro países contribuintes para a EUROMARFOR, salienta-se que a França, Itália e Espanha contribuem com meios navais de guerra para esta “Task Group”, sendo que Portugal contribui apenas com dois oficiais superiores para o Estado-Maior da Força.

Após uma reunião efectuada em Lisboa em Outubro de 2002, o CIMIN emitiu já uma directiva para a futura operação “Resolut Behavior”, a levar a efeito no Oceano Índico, no início de 2003, para actuar integrada na operação “Enduring Freedom” da OTAN.

³⁰ Com base em “CIMIN Directive 3/2002 to COMEUROMARFOR”.

II.2.1.3. Cargos internacionais OTAN

A OTAN continua a ser o garante da paz e da segurança mundial. Em virtude das suas características político-militares, organização, estrutura, desenvolvimento e eficácia, a aliança tem demonstrado ao longo dos anos uma grande capacidade de adaptação às alterações verificadas no sistema internacional.

É desde a década de setenta que Portugal começou a ocupar pontualmente lugares em quartéis-generais internacionais OTAN, sendo que a partir de 1978 foram ocupados cargos destinados a oficiais portugueses nas estruturas da aliança, nomeadamente no SHAPE. Relativamente aos cargos OTAN na Europa, Portugal evidencia-se de momento com a inclusão de dois Oficiais Generais do Exército, como Deputy Commanders, respectivamente no JHQ SOUTHWEST, em Madrid, e no HQ HRFL em Valência.

A participação de militares do Exército Português também aqui se faz sentir como dignos representantes de Portugal, actualmente com 20 oficiais e três sargentos ocupando cargos de carácter permanente, como poderemos descortinar da análise do apêndice três.

II.2.1.4. Missões militares junto da OTAN

“Na verdade, sem a OTAN, o mundo hoje seria diferente. O triunfo dos valores que defendemos, da Democracia, dos Direitos do Homem, só foi possível e só será possível com o contínuo aperfeiçoamento e fortalecimento da Aliança Atlântica. Portugal orgulha-se de ser membro fundador da Aliança Atlântica, de ser um parceiro credível que não regateia a solidariedade nos momentos difíceis e que se encontra solidamente implantado nas estruturas da Aliança.”³¹

Prof. Dr. Veiga Simão

Relativamente às missões portuguesas junto da Aliança, pode dizer-se que, se por um lado, para o Exército Português têm-se constituído numa mais valia

³¹ Prof. Dr. Veiga Simão, “Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica”, Ed. MDN, SocTip, Sociedade Tipográfica, AS, Lisboa, 1999, p.7.

enriquecedora das potencialidades e estruturas do nosso Exército, como poderemos inferir das palavras do General Martins Barrento³²: “(...)no âmbito da doutrina, procedimentos, estruturas e reequipamento, a Aliança foi exemplo e estímulo para a dialéctica de posições; para a harmonização e encontro de doutrinas; para a aproximação de estruturas; para a modernização de equipamentos; enfim, para o treino da operacionalidade, para o concerto da coesão, para a modernidade do Exército (...)”, por outro lado, tem efectivamente representado com excelentes níveis de desempenho e elevados índices de credibilidade o Estado Português e que, nas palavras do mesmo General: “ (...) o nosso Exército disponibilizou à Aliança quadros muito bem preparados que têm provado o seu elevado valor no cumprimento das novas missões que lhes têm sido atribuídas (...)”.

Desde o outro lado do Atlântico, no comando SACLANT, em Norfolk, USA, onde de momento, e com carácter de permanência, apenas existem militares da Marinha e Força Aérea Portuguesas, passando pelo comando regional RHQ EASTLAND em Norwood, Inglaterra, com militares da Marinha portuguesa, até aos comandos OTAN na Europa onde a representação conjunta dos três ramos é mais evidente, cerca de três dezenas de militares portugueses asseguram a nossa representatividade. Actualmente, o Exército contribui com 13 oficiais e três sargentos para estes comandos³³, o que representa 62% da representação portuguesa em oficiais e 50% em sargentos.

II.2.1.5. Comité Militar e Estado-Maior da UE

Em Helsínquia, no seguimento das evoluções no processo conducente a uma política de defesa comum, os Estados-Membros da UE decidiram estabelecer no Conselho novos órgãos políticos e militares que permitam à UE assumir as suas responsabilidades em toda a gama de actividades de prevenção de conflitos e missões de gestão de crises definidas no Tratado da União Europeia, as chamadas missões de Petersberg. No âmbito do reforço da Política Externa e de Segurança Comum e, em especial, da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa prevista no artigo 17º do TUE, o Conselho Europeu reunido em Nice, de 7 a 11 de

³² General Martins Barrento, “Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica”, Ed. MDN, SocTip, Sociedade Tipográfica, AS, Lisboa, 1999, p.193.

³³ Apêndice 4 - Anexo A.

Dezembro de 2000, chegou a acordo sobre a criação do Comité Militar da União Europeia e o Estado-Maior da União Europeia.

Por decisão do Conselho da União Europeia de 22 de Janeiro de 2001, foram então criados o CMUE e o EMUE, nos quais, e segundo artigo 1º de ambos, os estados membros destacam pessoal militar para a sua constituição.

Como previsto no relatório de Helsínquia, o CMUE, criado no âmbito do Conselho, é composto pelos CEMGFA dos países membros, representados pelos seus representantes militares. O CMUE reúne-se a nível dos CEMGFA sempre que necessário, dando pareceres militares e formulando recomendações ao Comité Político e de Segurança, bem como directrizes militares para o EMUE. O CMUE é responsável por apresentar ao CPS recomendações e pareceres militares sobre todas as questões militares no âmbito da UE. Exerce também a direcção militar de todas as actividades militares no âmbito da UE.

Actualmente, Portugal contribui com um oficial general para o CMUE, em representação do CEMGFA.

Como previsto também no relatório de Helsínquia, o EMUE “incluído nas estruturas do Conselho, contribui com os seus conhecimentos militares e dá apoio militar à PECSD, incluindo na condução de operações militares de gestão de crises lideradas pela UE”³⁴. Assim sendo, este Estado-Maior desempenha funções de “alerta precoce, avaliação da situação e planeamento estratégico para as missões de Petersberg, incluindo a identificação das forças europeias nacionais e multinacionais”³⁵ e dá execução às políticas e decisões do CMUE.

Do EMUE emanam os conhecimentos militares da UE, tendo como principais funções as seguintes:

- assegurar a ligação entre o CMUE e os recursos militares postos à disposição da UE e assiste com os seus conhecimentos militares os órgãos da UE sob a direcção do CMUE;
- fornecer uma capacidade de alerta precoce. Planear, avaliar e fazer as recomendações relativas ao conceito de gestão de crises e à estratégia militar geral, dando execução às decisões e directrizes do CMUE;

³⁴ In <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/L27-7-pt.pdf>, p.1., em 15 de Novembro de 2002.

³⁵ In <http://ue.eu.int/pesc/military/pt/L27-7-pt.pdf>, p.1., em 15 de Novembro de 2002.

- apoiar o CMUE na avaliação da situação e nos aspectos militares do planeamento estratégico, em toda a gama das missões de Petersberg, para todas as operações lideradas pela UE, quer a UE se sirva ou não dos meios e capacidades da OTAN;
- contribuir para o processo de elaboração, avaliação e revisão dos objectivos de capacidade, tendo em conta a necessidade de os Estados-Membros em questão garantirem a coerência com o processo de planeamento de defesa e o processo de planeamento e análise da pareceria para a paz (PfP) da OTAN, de acordo com os procedimentos estabelecidos;
- compete-lhe acompanhar, avaliar e fazer recomendações, relativamente às forças e capacidades postas à disposição da UE pelos Estados-Membros, em matéria de instrução, de manobras e de interoperabilidade.

Nestas funções e missão do EMUE surge inevitavelmente uma estreita ligação à OTAN, pelo que toda a estrutura militar da Aliança Atlântica se encontra ligada à estrutura de defesa europeia, havendo por conseguinte uma comunhão de princípios e doutrina. A actual participação de Portugal para o EMUE é a constante em Anexo A, sendo que o exército contribui com um oficial superior, o que representa 25% da participação portuguesa³⁶.

II.2.1.6. Cargos internacionais civis

Neste domínio, incluímos os cargos internacionais de âmbito civil que, de momento, em virtude do seu preenchimento ser alvo de concurso público, se encontram ocupados por militares³⁷.

Destacam-se, actualmente, no quadro da participação portuguesa, os seguintes:

- Três cargos no RHQ AFNORTH, em Brunssum, na Holanda. Neste momento, Portugal possui um oficial superior do exército num destes cargos;

³⁶ Apêndice 5 – Anexo A.

³⁷ Apêndice 6 – Anexo A.

- Um cargo no SACLANTCEN, em La Spezia, Itália. A participação portuguesa materializa-se na colocação de um oficial superior da Marinha neste cargo;
- Dois cargos na sede da ONU, em New York, USA. Actualmente, Portugal tem dois oficiais superiores do Exército nos cargos de Planning Officer e Chief Technical Advisor do DPKO.

Esta participação assume, no quadro internacional, uma referência especial porquanto é fruto de uma selecção cuidada por parte das organizações que colocam o cargo a concurso. Com a selecção de militares do Exército para o preenchimento destes cargos, a qualidade dos recursos humanos em Portugal é evidenciada, reforçando por sua vez uma maior afirmação nacional no seio das respectivas organizações.

II.2.1.7. Cargos militares dependentes de outros ministérios

Neste campo, salientam-se actualmente os cargos que na sua génese e linhas de orientação estão directamente ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, designadamente a delegação militar na DELNATO em Bruxelas, o conselheiro militar da missão portuguesa permanente junto da ONU, o conselheiro militar da missão portuguesa junto da OSCE e o conselheiro militar da missão diplomática em Timor-Leste.

O Exército ocupa actualmente cinco destes cargos com oficiais superiores, como poderemos referenciar em anexo A, representando 56% da participação portuguesa nestes compromissos³⁸. Embora com carácter de rotatividade, o cargo de assessoria militar na OSCE em Viena de Áustria assume maior relevância no ano em que Portugal preside a esta organização.

³⁸ Apêndice 7 – Anexo A.

II.2.2. Missões internacionais militares

II.2.2.1. Organização do Tratado do Atlântico Norte

“O contributo que a responsabilidade assumida por Portugal nas missões da OTAN na Bósnia-Herzegovina deu à nossa imagem no mundo repercutiu-se, ainda, no seio da própria aliança, revelando-se como um país capaz de assumir as suas obrigações e, por isso, merecedor do reconhecimento pelo seu empenhamento nas causas comuns”³⁹

Dr. António Vitorino

As tarefas fundamentais da Aliança visam criar um ambiente de segurança estável na área Euro-Atlântica, baseado na resolução pacífica de conflitos e na promoção de instituições democráticas. Esta melhoria de segurança e estabilidade é feita através de uma adequada gestão de crises, nas parcerias que potenciem a cooperação e o diálogo tendo em vista melhorar a transparência, a confiança mútua e a capacidade de acção conjunta.

Dos exercícios em que o Exército Português participou com a 1ª Brigada Mecanizada Independente da séries “*Display Determination*”⁴⁰, “*Dense Crop*”⁴¹ e “*Wintex Cimex*”⁴² até às participações na IFOR/SFOR e KFOR, já com a Brigada Aerotransportada Independente, Brigada Mecanizada Independente e Brigada Ligeira de Intervenção, resultou o estreitar de relacionamento e o aprofundar de procedimentos conjuntos, bem como um notório crescendo da posição portuguesa no seio da Aliança.

A participação portuguesa na KFOR, constituiu-se através de três Agrupamentos com cerca de 300 efectivos cada e que participaram na missão no período de Agosto de 1999 a Março de 2001. Estes Agrupamentos⁴³, foram constituídos a partir dos encargos operacionais da BAI, BLI e BMI. Salienta-se também que Portugal contribuiu para o Destacamento de Operações Especiais da

³⁹ Dr. António Vitorino, “Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica”, Ed. MDN, SocTip, Sociedade Tipográfica, AS, Lisboa, 1999, p.307.

⁴⁰ De 1979 a 1990.

⁴¹ De 1982 a 1994.

⁴² De 1979 a 1993.

⁴³ AgrBRAVO, CHARLIE e DELTA.

KFOR com um Destacamento de Operações Especiais do CIOE, no período de Janeiro de 2001 a Agosto de 2001. Neste momento, Portugal dispõe apenas de um sargento do Exército no Quartel-General da força.

No caso da SFOR, a participação portuguesa efectivou-se inicialmente com dois Batalhões de Infantaria Aerotransportada, a cerca de 900 militares, no período inicial, entre 1996 e 1997, tendo o contingente português sido reduzido para Batalhões com efectivos da ordem dos 300 militares, a partir de 1997, com batalhões constituídos a partir dos encargos operacionais da BAI, BLI e BMI. Actualmente, o contingente português ocupa actualmente o seu sector tendo-se constituído já como reserva operacional do comando da SFOR.

Deve-se salientar também neste aspecto a actual missão de protecção às equipas de observadores internacionais da ONU e da OSCE que é executada no âmbito da missão “Amber Fox”, pela “Task Force Fox”, uma força multinacional de escalão Brigada sob comando OTAN, onde participam duas equipas portuguesas com a missão principal de garantir a ligação da Task Force Fox com os elementos da comunidade internacional pertencentes à ONU e à OSCE, bem como promover a sua segurança, quando necessário, em reforço das Forças de Segurança da Macedónia. Efectuam também reconhecimentos no seu sector e estabelecem contactos com as populações locais.

Na mais recente missão da OTAN ao nível das operações de paz, Portugal participou na Missão Internacional de Assistência à Segurança, a ISAF, a missão de manutenção de paz da OTAN no Afeganistão, sancionada pela resolução do Conselho de Segurança da Nações Unidas n.º 1386.

O contributo português para esta missão decorreu entre Janeiro e Maio de 2002, tendo Portugal contribuído com um avião C-130 e duas equipas médicas de três elementos cada, constituídas com base em militares dos três ramos das Forças Armadas.

II.2.2.2. Organização da Nações Unidas

O principal objectivo da ONU e que resume a razão da sua existência é o de: “unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base

nos princípios de justiça, dignidade humana e bem-estar de todos. Dá aos países a oportunidade de tomar em consideração a interdependência mundial e os interesses nacionais na busca de soluções para os problemas internacionais”⁴⁴. A ONU é no mundo actual a única estrutura de segurança global para a manutenção da paz e segurança internacionais e que, fruto das suas características de globalidade, possui a legitimidade internacional inerente à tutela da segurança e bem-estar mundial.

Ao nível dos conflitos e focos de instabilidade mundial, o papel que a ONU desempenha no campo da sua resolução, bem como da manutenção e preservação da paz, distingue-se principalmente pelos métodos utilizados⁴⁵:

- A UN Preventive diplomacy⁴⁶, que visa detectar sintomas de possível desencadeamento de conflitos, procurando eliminá-los antes de se instalar a violência, através de um conjunto de meios políticos e diplomáticos, recorrendo caso necessário a meios militares.
- A UN Peacemaking⁴⁷, que envolve as acções a tomar quando os conflitos tenham já eclodido, com a finalidade de repor rapidamente a paz.
- A UN Peacekeeping⁴⁸, que engloba as medidas a tomar após se ter conseguido o restabelecimento da paz, nomeadamente a sua preservação e o estabelecimento de acordos entre os beligerantes.
- A UN Peacebuilding⁴⁹, através da participação em actividades com o sentido de manter e consolidar a estabilidade conseguida, nomeadamente ao nível da recuperação de infra-estruturas e do restabelecimento das instituições nacionais.

Destaca-se ainda outro tipo de actividade, designadamente as operações de carácter humanitário, salientando-se neste campo o Direito de Ingerência, que legitima o apoio a prestar em situações de crise que provoquem graves danos sociais, designadamente as catástrofes naturais, para ser prestado o necessário apoio às vítimas.

⁴⁴ Centro de informação da ONU em Portugal, <http://www.onuportugal.pt/onu.html>, p. Web 1.

⁴⁵ Boutros-Boutros Ghali, “Agenda para a Paz - Diplomacia Preventiva, Restabelecimento e Manutenção da Paz”, Nações Unidas, Nova Iorque, 1992.

⁴⁶ Diplomacia preventiva das Nações Unidas.

⁴⁷ Restabelecimento da paz das Nações Unidas.

⁴⁸ Manutenção da paz das Nações Unidas.

⁴⁹ Consolidação da paz das Nações Unidas.

Mais recentemente, no quadro das acções de paz a desenvolver sob a égide da ONU, salientam-se, entre outros, o Desarmamento Preventivo⁵⁰, que visa diminuir os focos de conflitualidade através do controle e recolha de armamento, e o conceito de Linha Azul⁵¹, que preconiza a interposição entre possíveis beligerantes no sentido de evitar o conflito, diminuir as tensões e fomentar o entendimento.

Referem-se, nesta altura, as recentes palavras de S.Ex.a o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. António Martins da Cruz: “(...) um país como Portugal tem que saber aproveitar o quadro multilateral, nomeadamente o sistema das Nações Unidas, para projectar os seus interesses e multiplicar a visibilidade das suas posições (...)”⁵²

A colaboração de Portugal com a ONU, designadamente através das Forças Armadas, tem sido efectuada fundamentalmente no quadro destas acções de apoio à paz, estabilidade e ajuda humanitária. Como já vimos anteriormente, Portugal possui actualmente três oficiais superiores na sede da ONU em New York, um junto da missão permanente e outros dois no DPKO, que aconselham e dão pareceres militares relacionados com as missões inerentes à ONU bem como em relação ao contributo português.

Relativamente à participação do Exército Português nas missões da ONU, distinguem-se dois tipos fundamentais de cooperação no quadro destas participações, além dos cargos individuais já referidos.

Um primeiro tipo, que se constitui no envio de observadores ou equipas de observadores, com missões de observação, verificação de acordos e monitorização de situações de conflito, consoante o tipo e natureza da missão, e um segundo tipo, que se constitui no envio de Forças Nacionais Destacadas, por conseguinte unidades constituídas, e ainda cargos em estados-maiores no âmbito das mesmas missões.

Relativamente ao primeiro, julga-se ser de importância fundamental para este trabalho, salientar o facto de que, actualmente, Portugal não possui nenhum UNMO

⁵⁰ UN Preventive Disarmament.

⁵¹ UN Blue Line.

⁵² Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, António Martins da Cruz perante a Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa da Assembleia da República, em 18 de Junho de 2002.

em missão de observação, verificação ou monitorização⁵³, como se explanará de seguida de “per si” em cada uma das missões que se apresentam.

Destacam-se, relativamente a este primeiro tipo de missões que foi considerado, as seguintes participações:

Missões já terminadas

- ONUGIL - Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano - foi a primeira intervenção nacional em colaboração com a ONU, reportando-se ao ano de 1958, sendo portanto a primeira vez que Portugal enviou equipas de observadores militares. Esta missão teve a duração de apenas seis meses⁵⁴.
- UNTAG - Grupo das Nações Unidas de Assistência á Transição na Namíbia - esta missão decorreu de Abril de 1989 a Março de 1990, tendo sido criada para assistir o representante do Secretario Geral a assegurar a recente independência da Namíbia mediante eleições livres. Portugal participou com uma equipa de observadores.
- UNAVEM II - Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – estabelecida para verificação do cessar fogo e observar o processo político e eleitoral em Angola em 1991/1992. A participação Portuguesa foi a primeira em território das ex-colónias ultramarinas, tendo participado na Estrutura de Implementação dos Acordos de Bicesse, na Assistência ao Processo Eleitoral e na formação das Forças Armadas Angolanas;
- UNPROFOR - Força de Protecção das Nações Unidas – criada entre 1992/1995 com o objectivo de assegurar a protecção das populações em regiões da Croácia e Bósnia-Herzegovina, a monitorização da implementação de vários acordos de cessar fogo e possibilitar a assistência humanitária; a sua missão foi mais tarde alargada à protecção das áreas fronteiriças da República da Macedónia. Portugal participou com observadores militares e uma equipa médico-cirúrgica;

⁵³Fonte: DRec / EMGFA, podendo ser esta informação também encontrada na p. Web: <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/September2002Summary.pdf>.

⁵⁴ Junho de 1958 a Dezembro de 1958.

- UNOMSA - Missão de Observadores das Nações Unidas na África do Sul - estabelecida para supervisionar o processo de reconciliação nacional na África do Sul em 1994⁵⁵. Portugal participou com uma equipa de monitores;
- UNAVEM III - Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - criada em 1995 com a finalidade de fiscalizar o cessar fogo e colaborar no restabelecimento da normalidade política e militar em Angola. Esta missão inclui-se também no segundo tipo, como veremos adiante;
- UNPREDEP – Missão das Nações Unidas de Prevenção na República da Macedónia – criada entre 1995/1999 com o objectivo de substituir a UNPROFOR na sua missão de monitorização da situação fronteiriça da República da Macedónia. Portugal participou nesta missão com um UNMO.

Missões em curso

- MINURSO - Missão das Nações Unidas para o referendo no Sahara Ocidental – criada em 1990, visa monitorizar o cessar fogo entre o braço armado do povo Saharaoui⁵⁶ e o Exército Marroquino, e realizar o recenseamento necessário à realização de um referendo que decida acerca da administração do território do Sahara Ocidental. Esta missão ainda decorre, tendo Portugal participado com o envio de observadores militares desde o início e tendo inclusive contribuído com dois oficiais generais do Exército para o cargo de Force Commander⁵⁷ e uma equipa de oficiais de transmissões para a montagem de comunicações de área no ano de 1996. Refere-se o facto desde 2001 que Portugal não nomeia UNMO's para esta missão por razões orçamentais⁵⁸;

⁵⁵ Com base em informação do site: <http://www.un.org/Depts/dpa/ead/websit13.htm> , em 19 de Novembro de 2002.

⁵⁶ Frente POLISARIO.

⁵⁷ Oficial General Comandante da componente militar da MINURSO.

⁵⁸ Despacho Ministerial de 28JUL02 do MDN. Fonte: DIRec / EMGFA.

- UNMOP – Missão de Observação das Nações Unidas na Península de Prevlaka – criada em 1996 para substituição da missão UNCRO, com o objectivo de monitorizar a desmilitarização desta península estratégica, área em disputa pela Croácia e República Federal da Jugoslávia. Portugal tem participado desde o início desta missão com um UNMO. É de salientar também que Portugal não nomeia UNMO's para esta missão, tendo o UN DPKO já abordado outros países no sentido de preencher esta vaga.

Relativamente ao segundo tipo de missões que foi enunciado, o envio de Forças Nacionais Destacadas e cargos em estados-maiores no âmbito das mesmas missões, são de referir as seguintes:

Missões já terminadas

- ONUMAZ - Operação das Nações Unidas em Moçambique - criada entre 1995/1997, contou com a participação da primeira FND do Exército Português, o Batalhão de Transmissões n.º 4, cuja missão consistia em instalar, operar e manter as ligações necessárias ao comando e controlo da componente militar da ONUMAZ. Portugal participou também com militares na formação das Forças Armadas de Moçambique e na assistência ao processo eleitoral;
- UNAVEM III - Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - criada entre 1995/1997 com a finalidade de fiscalizar o cessar fogo e restabelecer a normalidade política e militar em Angola. Portugal participou com observadores militares, estrutura de comando da força, uma Companhia Logística e uma Companhia de Transmissões do Exército Português;
- MONUA - Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola - criada entre 1997/1999 para apoiar a reconciliação das partes em conflito e completar o processo de desmobilização e incorporação dos ex-combatentes da UNITA nas Forças Armadas Angolanas e Polícia Nacional Angolana. Portugal participou com UNMO's, MP's, um

Destacamento Sanitário, uma Companhia Logística e uma Companhia de Transmissões;

- UNTAET- Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste - criada entre 1999/2002 com o objectivo de estabelecer uma administração para o território, coordenar a assistência humanitária, garantir a segurança, manter a lei e a ordem, e promover o estabelecimento das condições para um desenvolvimento sustentado. No período que antecedeu a entrada da ONU no território, Portugal contribuiu com uma fragata na INTERFET, um destacamento C-130 e um destacamento ligeiro de Helis⁵⁹, sendo que do Exército se constituiu a maior participação de sempre em missões no âmbito da ONU, com militares para o HQ UNTAET, o Estado-Maior do Comando do sector e um Batalhão de Infantaria, num total de quase mil homens e mulheres. Nos primeiros meses de actividade das Forças Armadas em Timor-Leste, Portugal manteve, ainda, na região uma fragata e um Hércules C-130, em apoio do contingente nacional;

Missões em curso

- UNMISSET⁶⁰ – Missão da Nações Unidas de Suporte em Timor Leste – criada após a independência de Timor Leste, para providenciar auxílio na criação das estruturas administrativas da região, manter a ordem e segurança públicas e auxiliar na segurança interna e externa do território. Partiu para Timor-Leste durante o mês de Junho de 2002 o 2º Batalhão de Infantaria pára-quedista da BAI, reforçado com uma Companhia de Fuzileiros Navais da Armada, que foi substituir naquele teatro de operações, o 1º Batalhão de Infantaria da BLI. Salienta-se que desde Fevereiro de 2000 as Forças Armadas Portuguesas, já contribuíram para o processo que levou Timor-Leste à independência, no âmbito das Nações Unidas com mais de 4.000 militares, nomeadamente com cinco batalhões do Exército, reforçados por elementos de operações especiais

⁵⁹ 4 helicópteros tipo Alluete III.

⁶⁰ Anexo D.

deste ramo e fuzileiros navais da Armada, cinco destacamentos de helicópteros da Força Aérea e militares dos três ramos que integram as estruturas de comando da Força.

II.2.2.3. União Europeia

Com a envolvente actual das características únicas do sistema internacional, a necessidade dos mesmos Estados actuarem em conjunto e de uma forma concertada, vislumbrou a necessidade de uma paridade específica no capítulo da segurança e defesa. Tendo a UE dado importantes passos em direcção a uma forte união económica com a moeda única, a cooperação entre os Estados-Membros na área da política externa ainda se encontra em desenvolvimento, mas não menos desenvolvida.

O Tratado da União Europeia prevê uma Política Externa e de Segurança Comum que conduzirá a prazo a uma política de defesa comum. Embora a PESC tenha sido institucionalizada pelo TUE em 1991, só em 1999 a UE começou a ocupar-se verdadeiramente das componentes da defesa.

No Conselho Europeu de Colónia, de Junho de 1999, os dirigentes da UE acordaram em que "a União deve dispor de capacidade de acção autónoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir da sua utilização e de vontade política de o fazer, a fim de dar resposta às crises internacionais, sem prejuízo das acções a empreender pela NATO."

No Conselho Europeu de Helsínquia, de Dezembro de 1999, foi estabelecido o chamado Objectivo Global de Helsínquia, que define nomeadamente os seguintes objectivos:

- em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados-Membros devem estar em condições, até 2003, de posicionar no prazo de 60 dias, e manter pelo menos durante um ano, forças militares até 50 a 60 000 pessoas, capazes de desempenhar toda a gama de missões previstas no artigo 17.º do TUE;
- serão criados no Conselho novos órgãos e estruturas políticas e militares que permitam à UE assegurar a necessária orientação política e direcção

estratégica a essas operações, respeitando ao mesmo tempo o quadro institucional único.

Em 20 de Novembro de 2000, os Estados-Membros participaram numa Conferência de Compromisso de Capacidades. Os compromissos dos Estados-Membros foram enumerados no Catálogo da Força do Objectivo Global. A análise do referido catálogo confirma que, até 2003, a UE será capaz de desempenhar toda a gama de missões previstas no artigo 17.º do TUE, mas que é necessário melhorar certas capacidades em termos quantitativos e qualitativos.

O Conselho Europeu de Nice, de Dezembro de 2000, aprovou a criação dos seguintes novos órgãos políticos e militares permanentes:

- a) O Comité Político e de Segurança permanente;
- b) O Comité Militar da União Europeia;
- c) O Estado-Maior da União Europeia.

Na sequência da Conferência de Melhoramento das Capacidades, de Novembro de 2001, o Conselho Europeu de Laeken declarou, em Dezembro de 2001, que "graças à continuação do desenvolvimento da PESD, ao reforço das suas capacidades, (...) à criação das estruturas apropriadas no seu interior, a UE tem agora capacidade para conduzir operações de gestão de crises. O desenvolvimento dos meios e capacidades de que a União disporá permitir-lhe-á assumir progressivamente operações cada vez mais complexas."

A participação de Portugal tem-se verificado principalmente desde 1993, no quadro da ECMM, a Missão de Monitores da Comunidade Europeia, no território da ex-Jugoslávia, cujo objectivo era a verificação dos acordos de cessar fogo e procurar minimizar as tensões entre as partes. Os objectivos actuais da missão, que passou a designar-se por EUMM - Missão de Monitores da União Europeia, são os de monitorização da situação política, económica e de segurança, e no apoio às actividades da ONU e da OSCE.

Portugal tem contribuído com dois oficiais do Exército para esta missão tendo o último regressado em Março de 2002, não tendo até à data sido efectuada a substituição de ambos. De facto, relativamente a esta situação, estão por definir orientações para a continuação ou não de militares portugueses nesta missão, que à

semelhança de outras, já referidas no âmbito da ONU, perecem por dificuldades orçamentais⁶¹.

II.2.2.4. Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

As actuais linhas de força da presidência portuguesa desta organização dão a Portugal uma oportunidade de desempenhar um papel preponderante no reforço da afirmação das suas actividades. A OSCE desempenha um importante papel no âmbito da diplomacia preventiva, no sentido da resolução de conflitos por via da negociação, promovendo o diálogo entre todos os países, na gestão de crises, no reforço das instituições democráticas e na supervisão dos Direitos Humanos.

Desenvolve também actividades no campo do controlo de armamentos e desarmamento. Salienta-se que a OSCE é a única organização pan-europeia, com responsabilidade em matérias de segurança, onde os EUA e a Rússia se encontram no mesmo pé de igualdade.

Conforme as palavras do nosso actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. António Martins da Cruz⁶²: “Num ano marcado por importantes decisões sobre os alargamentos da OTAN e da UE e pelo novo entendimento OTAN - Rússia, os nossos esforços enquanto Presidência da OSCE visam valorizar o papel desta Organização no quadro da Arquitectura de Segurança Europeia. Preservar a OSCE como "casa comum" parece-nos indispensável para reforçar o objectivo de uma Europa sem linhas divisórias e empenhada no aprofundamento do relacionamento com regiões como o Cáucaso e a Ásia Central”, que evidenciam o empenhamento de Portugal em prosseguir com a atitude de apaziguamento de conflitos, aproximação de culturas e diálogo regional durante a sua presidência da organização.

⁶¹ Fonte: DIRec / EMGFA.

⁶² Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, António Martins da Cruz perante a Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa da Assembleia da República, em 18 de Junho de 2002.

A participação militar portuguesa nas actividades da OSCE tem-se verificado principalmente nas missões no âmbito do controle de armamentos⁶³, designadamente em verificações executadas ao abrigo do tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE).

Como afirmação permanente de Portugal nesta matéria, salienta-se o já referido cargo de conselheiro militar da missão portuguesa junto da OSCE, que conjuntamente com as restantes missões contribui para a nossa afirmação e credibilidade junto desta Organização.

II.2.3. Cooperação técnico-militar

A cooperação pode ser definida como o acto de estabelecer organizações, tratados ou outros convénios entre duas ou mais unidades políticas, com o objectivo de alcançar objectivos comuns. A cooperação, para se estabelecer, precisa que seja criado um clima de mútua confiança e de relações estabilizadas entre as partes, bem como da convicção de que todos são com ela beneficiados. No sentido de ser mantido em permanência um ambiente de cooperação, é fundamental que coexista confiança, estabilidade e convicção.

A situação estratégica de Portugal, aliada à sua história e ao seu grandioso património cultural em que a língua falada em todo o mundo por cerca de 220 milhões de pessoas⁶⁴ se destaca como o principal factor, confere-lhe a oportunidade e capacidade de participar activamente no estreitar e incrementar de relações entre os estados pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Este espaço estratégico de interesse constitui-se seguramente de grande importância para o reforço e consolidação da afirmação portuguesa no seio de uma comunidade que fala a mesma língua. Com o empenhamento das Forças Armadas na cooperação técnico-militar com as comunidades de língua portuguesa, consolidam-se os laços de interdependência cultural, amizade e fraternidade entre Estados, que se traduzem em valências de desenvolvimento e estabilidade, catapultando Portugal

⁶³ Para o cumprimento das responsabilidades decorrentes da sua participação na OSCE, Portugal constituiu em Fevereiro de 1993 um corpo de inspectores designado por UNAVE, que tem participado em diversas inspecções nomeadamente no Azerbaijão, Geórgia, Republica Checa, Federação Russa e Moldávia.

⁶⁴ Fonte: <http://www.cplp.org/>, em 29 de Novembro de 2002.

para uma posição de destaque e protagonismo no seio das referidas comunidades e internacionalmente.

Decorrente do Programa do XV Governo Constitucional e da prossecução da Política de Defesa Nacional de cuja Direcção Geral se falará adiante neste trabalho, a cooperação técnico-militar aparece actualmente como uma importantíssima valência da Política Externa de Portugal, numa acção que se estende desde o continente africano ao território de Timor Leste. Será relevante salientar que esta cooperação bilateral é entendida não só no quadro da efectiva participação dos militares do Exército Português fora do território nacional, mas também no da formação que é ministrada aos militares provenientes do exterior, designadamente os dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Dos militares das FA portuguesas que se encontram actualmente em missão de cooperação técnico-militar nos PALOP e em TIMOR- LESTE, a participação do Exército destaca-se com um contributo de 65% dos efectivos⁶⁵. Relativamente à formação que é ministrada a alunos oriundos dos países PALOP, o Exército contribui actualmente para a formação de 111 alunos, de um total de 175 em formação nas FA portuguesas⁶⁶.

II.2.4. Actividades Militares do âmbito Bilateral

No âmbito bilateral, Portugal estabelece relações e actividades com diversos países na área da Defesa Nacional. O exército tem uma parte activa neste processo colaborando ao nível das Operações Especiais e Tropas Pára-quedistas, para além dos exercícios militares e intercâmbios entre institutos e academias, designadamente o Instituto de Altos Estudos Militares, o Instituto Geográfico do Exército e a Academia Militar.

Salientando no corrente ano as actividades do âmbito bilateral com os EUA, a Rússia, países do Leste Europeu e do Norte de África, para além da cooperação em cursos e seminários e a partilha de conceitos e doutrinas, apresenta-se em anexo C um resumo das actividades do âmbito bilateral que foram desenvolvidas durante o ano de 2002.

⁶⁵ Apêndice 8.

⁶⁶ Anexo B.

II.2.5. Exercícios Militares Multinacionais

Nos exercícios militares multinacionais em que o exército participa, julga-se existirem diversos factores preponderantes conducentes a uma efectiva credibilização das forças militares portuguesas e que são o desempenho atingido, a atitude demonstrada e o profissionalismo conseguido na execução das tarefas inerentes à condução e realização desses mesmos exercícios.

Este é, no entanto, um caminho com dois sentidos. Por um lado, os exercícios que se desenrolam no exterior do território nacional, onde os militares portugueses projectam o seu “know how”, competência e profissionalismo, colhendo também novas experiências, novos relacionamentos e novas modalidades de desempenho no mais variado tipo de missões. É desta imagem de competência no desempenho que os militares portugueses deixarem nos exercícios em que participarem, que o Exército sairá mais prestigiado, conferindo a Portugal credibilidade e afirmação no contexto internacional.

Por outro lado, naqueles exercícios em que Portugal se constitui como o País anfitrião, também estes factores têm elevada preponderância, aliados ao facto de que as infra-estruturas, o equipamento e o envolvimento de efectivos nacionais é naturalmente superior, o que, por si só, se constitui num esforço de organização maior.

Salientam-se neste parágrafo todos os exercícios no âmbito da OTAN, UE, EUROFOR e Forças Especiais⁶⁷.

No caso dos exercícios ao nível da OTAN já com a inclusão dos países PfP, é exemplo recente o CPX Cooperative Nugget 2002, que se desenrolou em Portugal no Instituto de Altos Estudos Militares e envolveu a vinda a Portugal de quatro oficiais generais oriundos de países PfP, designadamente da Roménia, Eslováquia, Irlanda e Suécia. É de salientar que este exercício teve como principal objectivo específico familiarizar os militares dos países PfP com os procedimentos e a doutrina OTAN, com ênfase para as operações de apoio à paz. Os países participantes manifestaram o seu agrado pela participação e ensinamentos retirados, salientando que “(...) o profissionalismo e competência técnica dos militares

⁶⁷ Refere-se neste ponto, os recentes exercícios de forças de Operações Especiais de Portugal “Adventure Express 02” na Noruega e “Felino 02” no Brasil.

portugueses (...) a excelência das instalações onde o exercício decorreu e a funcionalidade das mesmas (...)”⁶⁸.

No corrente ano, para além do referido, Portugal realizou já diversos exercícios de âmbito multinacional, destacando-se a participação do exército em exercícios realizados na Noruega, Brasil, Espanha, Itália e Alemanha, com forças da BAI, BMI e CIOE⁶⁹.

⁶⁸ TCor Morgado Baptista, “Cooperative Nugget”, Jornal do Exército, n.º 512, Novembro de 2002, p. 29.

⁶⁹ Apêndice 9.

III. A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS – UMA AFIRMAÇÃO DO ESTADO

“Como pós mundialista que é, com ligações e interesses em várias e vastas áreas do globo, Portugal necessita de se estruturar e organizar internamente, otimizando capacidades e potenciando sinergias internas, para se poder projectar externamente na assunção de uma estratégia de diversificação de apoios e de aliados”⁷⁰

Eurico Rodrigues

III.1. A Política de Defesa Nacional

S.Ex.a, o Presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, considerou recentemente que o governo deveria apresentar um programa anual de Política de Defesa Nacional no Parlamento, no sentido de envolver mais os deputados na discussão pública deste vector da Política Nacional. Argumentou o Presidente que “A Assembleia da República deve ter maior capacidade de acompanhamento e co-responsabilização no desenvolvimento da Política de Defesa” e que, existindo um maior envolvimento dos partidos parlamentares, se mostraria à sociedade “(...) uma decisiva questão de Estado (...)”⁷¹.

É esta decisiva questão de Estado que está politicamente confiada ao Ministro da Defesa Nacional. A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) define, entre outras competências, que o Ministro da Defesa Nacional é politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da Política de Defesa Nacional, pela administração das FA e pela preparação dos meios militares e resultados do seu emprego, competindo-lhe: “Coordenar e orientar as acções relativas à satisfação dos compromissos militares decorrentes de acordos internacionais”⁷².

Como vimos ao longo deste trabalho, o actual programa do governo no que respeita à Política de Defesa Nacional reflecte esta intenção. As grandes linhas de acção da política de Defesa Nacional, especialmente no quadro estratégico das

⁷⁰ Eurico Rodrigues, “A necessidade de uma Grande Estratégia Nacional”, CIDADANIA e DEFESA, nº5, Lisboa, Setembro de 2002, p.7.

⁷¹ Dr. Jorge Sampaio, declarações efectuadas aos órgãos de comunicação social em 27 de Novembro de 2002.

⁷² LDNFA 29 / 82.

relações internacionais, são objecto de estudo e assessoria técnica por parte da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional.

À DGPDN compete, entre outras, mas em especial no que concerne ao tema que estamos a desenvolver, o seguinte:

- acompanhar e elaborar estudos sobre a situação estratégica nacional e a evolução da conjuntura internacional, trabalhando toda a informação respeitante às relações estratégicas de defesa;
- promover e acompanhar o desenvolvimento das relações externas de defesa, apoiando a participação do Ministro da Defesa Nacional em reuniões e outros actos de relacionamento internacional, em especial no quadro das alianças de que Portugal seja membro;
- assegurar, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os contactos com outros países, em particular com os países lusófonos, com vista à celebração de acordos bilaterais no âmbito da defesa, nomeadamente na área da cooperação técnico-militar, garantindo a sua adequada execução.

III.2. O Planeamento Estratégico em Portugal

O planeamento estratégico fundamenta-se na necessidade de determinar objectivos políticos concretos correspondentes à situação particular de uma unidade política e aos seus interesses próprios. Procura então definir objectivos concretos longínquos (médio e longo prazo) e objectivos concretos actuais (curto e médio prazo), bem como a forma de os alcançar, resultando por isso na determinação dos Objectivos Nacionais longínquos e actuais⁷³.

Na elaboração do planeamento estratégico, pressupõe-se a resposta à pergunta de que futuro se deverá promover, que basicamente consubstancia os objectivos políticos e as directrizes da política de defesa nacional, já referidas anteriormente. Diríamos que é um Objectivo Nacional actual a afirmação do Estado Português no contexto internacional, designadamente no seio da União Europeia e no quadro dos acordos e alianças em que Portugal está inserido.

⁷³ Com base em “Incursões no domínio da estratégia”, pelo General Loureiro dos Santos.

As bases para um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional que foram alvo de discussão pública promovida pelo governo até final de Outubro de 2002, evidenciam alguns desideratos que julgamos conveniente salientar: “(...) Missões principais – 17ª Base - Em coerência com os valores permanentes, para fazer face às ameaças relevantes, cumprindo obrigações no quadro das organizações internacionais a que pertencemos, e viabilizando a realização da estratégia de Portugal nas suas potenciais zonas de influência, a Defesa Nacional, no plano das missões principais das Forças Armadas, é o garante: (...) b) da satisfação dos compromissos internacionais do Estado, actuando como instrumento de política externa; (...)”⁷⁴. Da análise destas bases para o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, remete-se para o Apêndice 10 uma súmula daquelas que se afiguram mais relacionadas com o tema que estamos a tratar.

No seguimento destas bases, em Novembro de 2002, o governo português apresentou para debate na Assembleia da República, as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. No que refere ao Sistema de Alianças e Organizações Internacionais, salienta o mesmo documento que: “O Estado Português, membro das Nações Unidas, considera da maior importância, para a segurança internacional, a manutenção da paz e a resolução dos conflitos, o reforço do prestígio e da actuação da ONU. Sob a sua bandeira, as Forças Armadas Portuguesas participaram, participam e devem continuar a participar em operações humanitárias e missões de apoio à paz, favoráveis à segurança e estabilidade globais e regionais”; é de referir também a nova redacção do ponto já focado na referida 17ª base, e relativa às missões e capacidades das Forças Armadas e à afirmação de Portugal no contexto internacional: “Em coerência com os valores permanentes, orientada para os espaços estratégicos de interesse nacional, visando fazer face às ameaças relevantes e cumprindo obrigações no quadro das organizações internacionais a que pertencemos, a Defesa Nacional, no plano das missões principais das Forças Armadas é o garante: (...) da concretização dos objectivos do Estado e da satisfação dos compromissos internacionais do Estado, actuando como instrumento da política externa”. Da análise das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, remete-se para Apêndice 11 um resumo que se julga estar mais directamente relacionado com o tema que estamos a tratar.

⁷⁴ Bases para um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, in www.mdn.gov.pt-Defesa, p. Web 6.

A partir das GOCEDN será elaborado o novo CEDN, sendo que a partir daí o MDN elabora a sua Directiva Ministerial de Defesa Nacional de onde surgirá o novo Conceito Estratégico Militar, elaborado pelo CEMGFA e que visa estabelecer as grandes linhas conceptuais de actuação das FA, dele decorrendo as missões e o sistema de Forças Nacional (cuja definição caberá ao Conselho Superior de Defesa Nacional).

Actualmente, na área a que concerne o tema em estudo, o CEM refere: “Participação nas organizações internacionais de defesa colectiva em moldes consentâneos com as capacidades reais” e “Participação das FA na paz e segurança internacionais integradas em forças multinacionais”.

Após a aprovação do CEM, o CEMGFA elabora a Directiva de Planeamento de Forças⁷⁵ que servirá de base aos três Ramos para elaborarem as suas propostas de forças para os 6 anos seguintes. Este planeamento tem que se enquadrar dentro do planeamento de forças para a OTAN, pelo que, as propostas dos Ramos são elaboradas entre Junho e Agosto dos anos ímpares. Baseada nesta o EMGFA prepara até Novembro dos anos ímpares o Projecto de Propostas de Forças Nacionais que é submetido pelo CEMGFA à aprovação do CCEM que aprovará o documento até Janeiro dos anos pares. Nessa altura as propostas são enviadas para o MDN que as analisa sob o ponto de vista político-financeiro transformando-as no 1º Projecto de Objectivos de Forças, que se transforma, após todas as correcções introduzidas nos Objectivos de Forças Nacionais (entre Março e Abril dos anos pares).

Este documento serve igualmente de base para as reuniões da OTAN que através do seu Comité de Planeamento e Defesa os aprova designando-os de “NATO FORCE GOALS” para Portugal. Os Objectivos de Forças constituem, por seu turno, o documento que servirá de base para os Planos de Forças, Infra-estruturas, Equipamentos, Pessoal e Financeiros a desenvolver pelos diferentes sectores da defesa nacional que produzirão, posteriormente, efeitos na LPM.

Importará aqui recordar as palavras de S.Ex.a o Presidente da República Portuguesa: “Na vertente da Defesa Nacional, face às variáveis dos conceitos estratégicos correspondentes às áreas de interesse nacional e à consequente

⁷⁵ Salienta-se que esta directiva reflecte também os factores que podem afectar o desenvolvimento das forças nacionais e indica as prioridades a considerar no planeamento de forças, face à análise das missões e avaliação das necessidades.

diversificação da acção estratégica, importa igualmente aprofundar a reflexão e o debate sobre as grandes questões da Segurança e Defesa e apurar o Planeamento Estratégico da Defesa Nacional. Na actual conjuntura, aquele planeamento deverá continuar a centrar-se no espaço onde se realizam os Interesses Nacionais Permanentes, mas atender, igualmente, ao facto de a acção estratégica estar hoje também orientada para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo. E é nesta última vertente que se inserem as recentes acções militares nacionais no âmbito das novas missões das Forças Armadas em apoio da política externa do Estado, que têm contribuído de forma significativa e eficaz para tal afirmação”⁷⁶.

Embora ainda por definir em concreto, o novo CEDN não se afigura que venha a ser significativamente diferente do actual, no entanto, deixa necessariamente em aberto a questão de onde se situam especificamente as áreas de interesse para a afirmação nacional e que tipo de adaptação deverá ser feita à aplicação dos sistemas de representação e contribuição nacionais no dispositivo exterior ao território nacional.

III.3. A Afirmação do Estado Português na Europa e no Mundo

“A participação de Portugal em organizações internacionais, é uma afirmação do Estado Português no seu empenho na compreensão e resolução dos principais problemas com que a humanidade se enfrenta, um contributo objectivo para o desenvolvimento das novas formas de cooperação entre os povos, mas também e sobretudo, um meio de assegurar que no nosso espaço regional, ou no contexto internacional mais vasto, os nossos interesses sejam salvaguardados num mundo cada vez mais interdependente”⁷⁷

Cor Tir Eng Paiva Monteiro

Numa altura em que todas as estruturas de segurança e defesa tentam afirmar e preservar a sua identidade, em que todos os mecanismos e organizações criadas para esse efeito vivem constantemente na intranquilidade por via de um futuro por si

⁷⁶ Palavras proferidas na Sessão de Abertura do Ano Lectivo 96/97 do Instituto de Defesa Nacional, em 29 de Novembro de 1996.

⁷⁷ Cor Tir Eng Paiva Monteiro, “A Construção da Defesa Comum Europeia; Contributo do Exército Português através da sua participação em organizações internacionais”, CSCD, IAEM, 2002, p.29.

só incerto e de elevado grau de ocorrência de crises, torna-se pertinente um olhar profundo sobre o espaço Euro-Atlântico. Nesse espaço, Portugal desempenhará sempre, assim o queiramos como povo, um fundamental e relevante papel estratégico de charneira e mediação.

A afirmação de uma aptidão global e universalista, implica para Portugal uma participação activa nas missões de paz da ONU, não podendo, portanto, descurar essa presença, sob pena de não marcar posição em actividades do âmbito internacional que estão directamente relacionadas com a nossa própria estabilidade, afirmação e prestígio internacional. Poderemos analisar este contexto segundo o pensamento do Coronel Rodrigues Viana “(...) a participação portuguesa nestas missões é favorável ao interesse nacional porque tem um efeito multiplicador quanto á posição de Portugal na Europa e no mundo. Projecta o País na cena internacional e reforça e amplia a sua credibilidade, o seu prestígio internacional e o seu poder negocial”⁷⁸, ou, e para o caso de semelhantes missões no âmbito da OTAN, analisar as palavras de S.Ex.a o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, durante a visita que efectuou em Março de 2002 à Bósnia-Herzegovina: “Sois os representantes de Portugal. Estais a dar o vosso contributo para a nossa afirmação na Europa e no Mundo, para a defesa comum e para a segurança colectiva, sendo que, a segurança e defesa do nosso País é indissociável da segurança da Europa e da defesa colectiva e solidária dos nossos aliados da comunidade transatlântica”⁷⁹.

A situação estratégica nacional, reforçada por um valioso património cultural de que se destaca uma língua falada em quatro continentes por cerca de 220 milhões de pessoas, confere a Portugal a capacidade de contribuir para o estreitamento das relações entre os continentes, em especial entre a Europa, a América e a África.

Estes laços de coesão encontram na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e nas numerosas comunidades portuguesas e de luso-descendentes espalhadas pelo mundo, um veículo de afirmação de uma identidade própria. Este é também um importante espaço de interesse estratégico para Portugal e que se reflecte no empenhamento das Forças Armadas, quer através de uma efectiva

⁷⁸ Cor Art Rodrigues Viana, “Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz”, Ed. COSMOS, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2002, p. 393.

⁷⁹ Dr. Jorge Sampaio, “A Defesa Nacional e as Forças Armadas – Intervenções do Presidente da República”, Presidência da República, Ed. Rolo & Filhos, Artes Gráficas L.da, Lisboa, 2002 p.156.

cooperação militar quer em termos de apoio às referidas comunidades portuguesas, sempre que tal se mostre necessário.

Relembrando uma vez mais que “Quem não está não conta”, a presença efectiva de militares do Exército Português nos compromissos internacionais de Portugal, não só valoriza as Forças armadas lusas, mas também potencia o poder nacional, projectando o País na cena internacional e por conseguinte contribui para uma maior afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

O combate ao terrorismo e às novas ameaças da paz e estabilidade mundial exige, por parte de toda a comunidade internacional, um esforço conjunto e concertado no sentido de promover a erradicação dos focos de instabilidade que lhe dão origem.

A preocupação mundial no que concerne à segurança é, hoje mais do que nunca, um dos pilares de suporte à complementaridade da actuação conjunta dos estados civilizados. Portugal não poderá pois, alhear-se deste esforço comum, independentemente do esforço que deverá realizar no plano interno; deverá sim, reforçar, dinamizar e incrementar a sua posição no plano externo, no sentido de assegurar a sua afirmação inequívoca no seio da comunidade internacional como um estado de carácter forte e consolidado, interventor e desenvolvido.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

No seguimento de todo o estudo que foi desenvolvido nas diversas partes estruturantes deste trabalho, julga-se de salientar três aspectos fundamentais que se evidenciam pela sua emergência e actualidade: o crescente envolvimento português em compromissos internacionais, a importância da participação do Exército nesses compromissos e a condução de políticas e estratégias nacionais que conduzem a uma mais credível participação e afirmação do Estado Português no contexto internacional.

Quanto à primeira, dir-se-á que Portugal tem aumentado significativamente a sua participação efectiva em compromissos internacionais no âmbito dos Acordos, Alianças e Organizações Internacionais em que se insere, designadamente na última década, o que tem contribuído grandemente para a sua afirmação como estado desenvolvido e cooperante na cena internacional.

Relativamente à segunda, no quadro da participação das Forças Armadas nestes compromissos, ao Exército Português assiste particular relevância, porquanto assume especial destaque em vários domínios, participando e contribuindo com militares e FND's para a realização de missões representativas de Portugal e das suas forças militares.

No terceiro ponto, que se liga directamente à Política Externa portuguesa, torna-se evidente que as actuais linhas de acção da Política de Defesa Nacional e do Planeamento Estratégico Nacional se orientam para o empenhado envolvimento de Portugal nos compromissos internacionais decorrentes dos Acordos, Alianças e Organizações Internacionais de que faz parte.

Estes três aspectos fundamentais, interligam-se necessariamente, pelo que se poderá inferir que no seguimento das orientações políticas que actualmente regem o quadro da participação portuguesa nos compromissos internacionais, a crescente participação das Forças Armadas e designadamente do Exército, assume grande relevância como elemento dignificador, credibilizador e prestigiante do Estado Português.

Assim sendo, afigura-se-nos como factor de vital importância para um melhor entendimento e percepção das conclusões deste trabalho, tentar vislumbrar alguns caminhos a seguir, em tom de recomendações para as áreas que descortinámos ao longo do mesmo. Nesse sentido, realçamos os seguintes:

- Manter, disponibilizar, dinamizar e incrementar a presença de Portugal na UE, OTAN, OSCE e ONU – potenciar o poder nacional através dessa presença efectiva, pois é factor multiplicador deste poder a demonstração das nossas capacidades e potencialidades no seio da comunidade internacional. Salienta-se o aspecto de que as actuais dificuldades orçamentais constituem um obstáculo a ultrapassar com urgência, visto a referida presença contribuir para a afirmação e projecção de Portugal no exterior, donde resultam mais valias para o País. Nesse campo, importará também referir que a profundidade dos cortes orçamentais poderá atingir certos núcleos que estão directamente ligados à credibilidade da soberania nacional no contexto internacional. Assim, deverão manter-se com maior veemência as posições que se ocupam ao nível estratégico, sendo que estas concretizem o poder de influenciar que está ao alcance de Portugal;
- A concretização efectiva da Política de Defesa Nacional no que aos compromissos internacionais concerne – fundamentalmente com a dinamização e incremento das acções de cooperação técnico-militar e das relações Multilaterais e Bilaterais na área da Defesa e Segurança. A este nível, assume fundamental relevo o quadro de compromissos com os PALOP e com a CPLP, comunidades que, identificando-se com a cultura e sociedade portuguesa, representam um campo de actuação de onde resultam mais valias noutras vertentes políticas que não poderão ser menosprezadas, porquanto delas resulta desenvolvimento e prosperidade;
- Revisão do quadro de participações no exterior do território nacional – designadamente ao nível do planeamento estratégico, na prossecução da Política de Defesa Nacional, urge “desenhar” um quadro participativo mais actualizado em consistência com a realidade nacional e internacional. Torna-se assim fundamental uma análise das novas áreas de interesse para Portugal, quer decorrentes do novo CEDN, quer no quadro do alargamento da UE e no quadro da participação portuguesa no esforço global de luta contra o terrorismo;

Em jeito de conclusão final, diríamos que, o futuro nos reservará certamente um lugar de destaque no panorama internacional, pois Portugal não poderá nunca relegar para segundo plano a integração em permanência nas organizações internacionais a que pertence, bem como o incremento e consolidação dos acordos e alianças em que está envolvido como Estado.

Por sermos Europeus e Atlânticos, por possuímos uma posição de destaque, quer pela fulcralidade e charneira na ligação entre os povos, quer nas comunidades culturais que desenvolvemos pelo mundo fora, a nossa afirmação como Estado será o sabermos ocupar adequadamente o lugar que, afinal, desde sempre fomos conquistando.

Torna-se necessário, finalmente, referir que a aposta na participação das Forças Armadas nos compromissos internacionais deverá ser forte, tendo o Exército, neste processo, uma importante palavra a dizer, uma colaboração preciosa, um potencial decisivo. A sua participação nos compromissos internacionais tem valorizado o País e contribuído eficazmente para afirmar Portugal na Europa e no Mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

- AAVV, "Livro Branco da Defesa Nacional", Ed. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 2001;
- AAVV, "NATO Handbook", Office of Information and Press, NATO, Brussels, 2001;
- AAVV, "Portugal e a Defesa Nacional", Ed. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 1999;
- AAVV, "Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica", Ed. MDN, SocTip, Sociedade Tipográfica, AS, Lisboa, 1999;
- ALMEIDA, Políbio de, "O Poder do Pequeno Estado", Ed. ISCSP, Lisboa, 1990;
- ALVES, José Lopes, "Estratégia: panorama geral da sua teoria", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998;
- CALÇADA, TCor José Carlos Filipe Antunes, "Elementos de Estratégia Militar", Ed. IAEM, Lisboa, 2001;
- CARVALHO, Virgílio de, "Estratégia Global e subsídios para uma grande estratégia nacional", Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1986;
- CLAUSEWITZ, Gen Carlo Von, "Da guerra", Ed. Europa-América, Lisboa, 1997;

- CLINE, Ray, “World Power Assessment 1977”, Ed. Georgetown University, Washington, 1977;
- COUTO, Coronel Abel Cabral, “Elementos de Estratégia”, Vol. I, IAEM, Lisboa, 1988;
- DAVID, Charles-Philippe, “A Guerra e a Paz”, Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2001;
- GHALI, Boutros-Boutros, “Agenda para a Paz - Diplomacia Preventiva, Restabelecimento e Manutenção da Paz”, Nações Unidas, Nova Iorque, 1992;
- ROGЕIRO, Nuno, “Guerra em Paz – A Defesa Nacional na nova desordem mundial”, HUGIN Editores, L.da, Lisboa, 2002;
- ROGЕIRO, Nuno, “Os militares e a paz: missões internacionais no âmbito da ONU e outras organizações de cooperação, segurança e defesa”, Fundação Luso-Africana para a Cultura, Lisboa, 1999;
- SAMPAIO, Jorge, “A Defesa Nacional e as Forças Armadas – Intervenções do Presidente da República”, Presidência da República, Ed. Rolo & Filhos, Artes Gráficas L.da, Lisboa, 2002;
- SANTOS, Gen Loureiro dos, “Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa”, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2000;
- SANTOS, Gen Loureiro dos, “Segurança e Defesa na Viragem do Milénio”, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2001;
- WHITE, Brian, “Diplomacy”, Ed Oxford University Press, Oxford, 1997;

- VIANA, Cor Art Rodrigues, “Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz”, Ed. COSMOS, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2002.

REVISTAS

- AAVV, “Missões de apoio à paz : forças nacionais destacadas”, Jornal do Exército, n.º 509, Lisboa, Julho de 2002, p.20 a 24;
- AMARAL, Diogo Freitas do, “Novas Missões das Forças Armadas”, VISÃO n.º 350, Lisboa, Novembro de 1999, p. 226;
- ALVES, Manuel, “O Exército e as suas missões”, Jornal do Exército, n.º 509, Lisboa, Julho de 2002, p.32 a 41;
- ARAÚJO, Luís Evangelista Esteves de, “ Ciclo Bienal de Planeamento de Forças”, Boletim do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, n.º 14, Sintra, Maio de 2001, p. 21 a 51;
- ARAÚJO, Rodrigo Espinola, “A Organização das Nações Unidas e as missões de manutenção da paz”, Revista do Exército Brasileiro, Vol. 135, Brasília, 2º trimestre de 1998, p. 13 a 35;
- RODRIGUES, Eurico, “A necessidade de uma Grande Estratégia Nacional”, CIDADANIA e DEFESA, n.º 5, Lisboa, Setembro de 2002, p.7;
- SANTOS, TenGen António Marques Abrantes dos, “O Exército e as novas missões”, Revista de Artilharia, N.º 863 a 865, Lisboa, Julho a Setembro de 1997, p. 365 a 378;
- BAPTISTA, TCor Morgado, “Cooperative Nugget”, Jornal do Exército, n.º 512, Lisboa, Novembro de 2002, p. 29.

TRABALHOS

- ASSUNÇÃO, Cor Alfredo Correia de Mansilha, “O Exército num contexto de projecção de poder: o conceito de CJTF e a capacidade de reacção rápida – um modelo para o Exército”, CSCD, IAEM, 2000;
- MONTEIRO, Cor Tir Eng Paiva, “A Construção da Defesa Comum Europeia: Contributo do Exército Português através da sua participação em organizações internacionais”, CSCD, IAEM, 2002;
- NOGUEIRA, Maj Gen Freire, “Do pensamento estratégico ao planeamento estratégico: mecanismos e estruturas na gestão institucional”, CSCD, IAEM, 2001.

DIRECTIVAS

- Directiva n.º 263/CEME/01, Lisboa, Dezembro de 2001;
- CIMIN Directive 3/2002 to COMEUMARFOR.

SITES INTERNET

<http://www.ccp-mundial.org/>

<http://www.cia.gov/>

<http://www.cplp.org/>

<http://www.emgfa.pt/>

<http://www.instituto-camoes.pt/>

<http://www.mdn.gov.pt>

<http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/osce/>

<http://www.nato.int>

<http://www.onuportugal.pt>

<http://www.osce.org/>

<http://www.portugal.gov.pt/>

<http://www.ue.eu.int/>

<http://www.un.org/>

<http://www.weu.int/>

ENTREVISTAS REALIZADAS

MajGen Pinto Ramalho	Director da DGPDN, em 10/10/02;
MajGen Freire Nogueira	Director da DAMP, em 28/11/02;
Cor Art Valdemar Patrício	Director de Serviço do Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa / DGPDN, em 16/10/02;
TCor Inf Pereira da Silva	Divisão de Planeamento Estratégico Militar / EMGFA, em 23/10/02;
TCor Art António Cavaleiro	Secção de Cooperação Militar e Alianças / Gab CEME, em 20/11/02.

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice 1** Quadro Resumo da participação do Exército nas Missões militares junto das representações diplomáticas
- Apêndice 2** Quadro Resumo da participação do Exército nos Cargos militares internacionais EUROFOR – EUROMARFOR
- Apêndice 3** Quadro Resumo da participação do Exército nos Cargos internacionais OTAN
- Apêndice 4** Quadro Resumo da participação do Exército nas Missões militares junto da OTAN
- Apêndice 5** Quadro Resumo da participação do Exército no Comité Militar e no Estado-Maior da União Europeia
- Apêndice 6** Quadro Resumo da participação do Exército nos Cargos internacionais civis
- Apêndice 7** Quadro Resumo da participação do Exército nos Cargos militares dependentes de outros ministérios
- Apêndice 8** Quadro Resumo da Cooperação Técnico - Militar
- Apêndice 9** Exercícios Multinacionais do Exército em 2002
- Apêndice 10** Extractos das Bases do Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- Apêndice 11** Extractos das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- Apêndice 12** Súmula de Legislação

LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Cargos no Exterior do Território Nacional
Anexo B	Cooperação Técnico-Militar – Alunos PALOP em formação em Portugal
Anexo C	Actividades Militares do Âmbito Bilateral – 2002
Anexo D	Participação Portuguesa na UNMISSET
Anexo E	Presença de Portugal em Operações de Paz sob a égide da ONU, UE, OSCE e OTAN
Anexo F	Histórico das FND / Exército
Anexo G	Mapa resumo da participação do Exército nos compromissos internacionais de 1992 a 2002

ANEXO A • CARGOS NO EXTERIOR DO TERRITÓRIO NACIONAL

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

1. MISSÕES MILITARES JUNTO DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

ALEMANHA	BERLIM	GAB ADIDOS	AD DEF	TCOR		F			FME
			ADJ AD DEF	TCOR					EFM
			AMAN/ARQ	1 SAR		E			EFM
			SECRETARIO	ASS ADM		F			
			SECRETARIO						
			TRADUTOR	ASS/TR					
ÁFRICA SUL	PRETÓRIA	GAB ADIDOS	AD DEF	CFR		M			EMF
			AMAN/ARQ	1SAR		M			EMF
			SECRETARIA	SEC/1CL					
ANGOLA	LUANDA	GAB ADIDOS	AD DEF	MGEN		E			E
			ADJ AD DEF	TCOR/CFR					FM
			AMAN/ARQ	1SAR		F			EMF
			SECRETARIO						
			SECRETARIO						1
			CONDUTOR	CIVIL		CIV			
AUSTRÁLIA	CAMBERRA	GAB 2 ADIDOS	ADIDO DEF	COR		F			EFM
			AMAN/ARQ	SAJ		M			EMF
			CONDUTOR						
BÉLGICA	BRUXELAS		ADIDO DE DEFESA EM PARIS						
BRASIL	BRASÍLIA	GAB ADIDOS	AD DEF	CMG		M			EFM
			AMAN/ARQ	SCH		M			EFM
			SECRETARIO	1ª OFIC		EMGFA			
BULGÁRIA	SÓFIA		ADIDO DE DEFESA EM MOSCOVO						
CANADÁ	OTAWA		ADIDO DE DEFESA EM WASHINGTON						
CABO VERDE	PRAIA	GAB ADIDOS	AD DEF	TCOR		E			EMF
			AMAN/ARQ	SCH		F			EMF
			SECRETARIO						

¹ A preencher quando o cargo de ADJ do Adido estiver ocupado

² Portaria nº 673/99 20AGO, cria os respectivos cargos na Austrália.

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
CONGO	BRAZAVILLE E KINSHAZA		ADIDOS DE DEFESA EM LUANDA						
DINAMARCA	COPENHAGA		ADIDO DE DEFESA EM BERLIM						
ESLOVAQUIA	BRATISLAVA		ADIDO DE DEFESA EM VARSÓVIA						
ESPANHA	MADRID	GAB ADIDOS	AD DEF	TCOR		F			F
			ADJ AD DEF	CFR/TCOR					EM
			AMAN/ARQ	SAJ		F			MEF
			SECRETARIO	SAJ		E			FME
			SECRETARIO						3
EGIP	CAIRO		ADIDO DE DEFESA EM MADRID						
CHECA	PRAGA		ADIDO DE DEFESA EM BERLIM						
FRANÇA	PARIS	GAB ADIDOS	AD DEF	COR		E			E
			ADJ AD DEF	CFR/TCOR		F			FM
			AMAN/ARQ	SCH		M			EMF
			SECRETARIO	SEC.1ªCl					
			SECRETARIO	SEC.1ªCl					
GABÃO	LIBRE VILLE		ADIDO DE DEFESA EM S.TOMÉ						
GRÉCIA	ATENAS		ADIDO DE DEFESA EM MADRID						
GUINÉ	BISSAU	GAB ADIDOS	AD DEF	CMG		M			EMF
			AMAN/ARQ	SAJ		M			EFM
			SECRETÁRIO						
GUINÉ	CONACRY		ADIDO DE DEFESA EM BISSAU						
HOLANDA	HAIA		ADIDO DE DEFESA EM LONDRES						
HUNGRIA	BUDAPESTE		ADIDO DE DEFESA EM VARSÓVIA						
INDONÉSIA	JACARTA	GAB ADIDOS	ADID DEF	CMG		M			MEF
			AMAN/ARQ	1 SAR		M			MEF

³ A preencher quando o cargo de ADJ do Adido estiver ocupado

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
INGLATERRA	LONDRES	GAB ADIDOS	AD DEF	CMG		M			M
			ADJ AD DEF	TCOR					EF
			AMAN/ARQ	SAJ		E			FME
			SECRETARIO	SEC.1ªCl					
			SECRETARIO						
IRLANDA	DUBLIM		ADIDO DE DEFESA EM LONDRES						
ISRAEL	TELAVIVE		ADIDO DE DEFESA EM ROMA						
ITÁLIA	ROMA	GAB ADIDOS	AD DEF	TCOR		E			FEM
			AMAN/ARQ	SCH		F			EF
			SECRETARIO	SEC.1ªCl					
LUXEMBURGO			ADIDO DE DEFESA EM PARIS						
MALAWI	LILONGWE		ADIDO DE DEFESA EM MAPUTO						
MARROCOS	RABAT	GAB ADIDOS	AD DEF	CMG		M			EFM
			AMAN/ARQ	SCH		M			EFM
			SECRETÁRIO	3ª.Ofic		EMGFA			
MOÇAMBIQUE	MAPUTO	GAB ADIDOS	AD DEF	CALM		M			FM
			ADJ AD DEF	TCOR					E
			AMAN/ARQ	SCH		F			EMF
			SECRETARIO	OPRDADOS		E			
			SECRETARIO						4
			CONDUTOR	CIV		CIV			
NAMÍBIA	WINDHOEK		ADIDO DE DEFESA EM LUANDA						
NORUEGA	OSLO		ADIDO DE DEFESA EM BERLIM						
ROMÉNIA	BUCARESTE		ADIDO DE DEFESA EM VARSÓVIA						

⁴ A preencher quando o cargo de ADJ do Adido estiver ocupado

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

POLÓNIA	VARSÓVIA	GAB ADIDOS	AD DEF	COR		E			EFM
			AMAN/ARQ	1 SAR		F			FME
			SECRETARIO						
RÚSSIA	MOSCOVO	GAB ADIDOS	AD DEF	CMG/COR					MEF
			AMAN/ARQ	SAR					MFE
			SECRETARIO						
SENEGAL	DACAR		ADIDO DE DEFESA EM BISSAU						
SÃO TOMÉ	SÃO TOMÉ	GAB ADIDOS	AD DEF	TCOR		E			EFM
			AMAN/ARQ	SAJ		F			EFM
			SECRETARIO						
SUÉCIA	ESTOCOLMO		ADIDO DE DEFESA EM BERLIM						
TUNÍSIA	TUNES		ADIDO DE DEFESA EM RABAT						
TURQUIA	ANCARA		ADIDO DE DEFESA EM ROMA						
UCRÂNIA	KIEV		ADIDO DE DEFESA EM VARSÓVIA						
USA	WASHINGTON	GAB ADIDOS ⁵	AD DEF	MGEN		F			MF
			AD MIL	COR		E			E
			AD NAV	CMG		M			M
			AD AERO	MGEN		F			F
			AMAN/ARQ	SAJ		M			FM
			CONDUTOR	CIVIL		CIV			
			SECRETARIO	3ºOF.		M			
			SECRETARIA						
			SECRETARIO	SEC.1ªCl					
ZIMB ABWE	HARARE		ADIDO DE DEFESA EM MAPUTO						

⁵ Rn de CCE de 24MAI02 definiu duração das comissões Adido Naval e Aeronáutico 02 anos e Adido Militar 03 anos

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

2. CARGOS MILITARES INTERNACIONAIS

ITÁLIA	FLORENÇA	ESTADO-MAIOR-EUROFOR	CEM ⁶	MGEN		E			⁷ E
			SECRETÁRIO	SCH		E			E
			REP PES	TCOR		E			E
			REPTRANSIFO	TCOR		E			E
			CH REL PUB	TCOR		E			E
			CH S INFO	TCOR		E			E
			S ART/R OP	TCOR		E			E
			SEC CONTRAT	TCOR		E			E
			CH S PROC/RO	TCOR		E			E
			CH S D HUM	TCOR		E			E
			AUX SEC MORAL	SAJ		E			E
			AUX SEC CONT	SCH		E			E
			AUX C COM	LSAR		E			E
			AUX S DI HUM	SCH		E			E
			AUX S REAB	SAJ		E			E
			AUX S ENG	SCH		E			E
			AUX S INFO	SCH		E			E
			CMDT ⁸	MGEN		E			
			CH GAB ⁹	MAJ QQA		E			
			CH SEC ENG	TCOR ENG		E			
			CH SEC ADMPROD	TCOR		E			
			ADJ SEC REAB	MAJ/TCOR		E			
			AUX SEC TSI	SAJ/SCH TM		E			
			AUX SEC SEG	SAJ/SCH PE		E			
	ROMA	EUROWARFOR	PO CÉLULA PERMANENTE	CMG		M			M

⁶ Nos postos rotativos (Cmd, chefe EM e Sub-chefes Op e Log a comissão é de dois anos, (Fax CD/90 19Ago98 Eurofor)

⁷ Em **07OUT02** Portugal assume o cargo ROTATIVO de Oficial General que Comandarà a EUROFOR.

⁸ Em **07OUT02** Portugal assume o cargo ROTATIVO de Oficial General que Comandarà a EUROFOR.

⁹ Enquanto PO ocupar CMDT EUROFOR.

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

3. CARGOS INTERNACIONAIS OTAN

ALEMANHA	OBERAMAU	NSC SHAPE	INST.NBQ	MAJ		F			EFM
	M GLADBACH	ARRC	G3 SO OPS	TCOR		E			E
	KALKAR	RFS(A)	POL 005	TCOR		F			F
BÉLGICA	BRUXELAS (NATO HQ)	IMS	C3S/651	CFG		M			M
			INT-207	COR		E			E
			OPS-416	CFG		M			M
			P&P-325	TCOR		F			F
		NC3A	1296	COR		E			E
		SACLANTREP	HC913	CFR		M			MF
	MONS/CASTEAU	SHAPE	AAA QJW 0010	COR		E			E
			AAA LIR 0050	TCOR		E			E
			AAA RME 0010	TCOR		E			E
			AAA OPC 0030	COR		F			F
			AAA IPP 0060	TCOR		E			E
			AAA PRF 0050	TCOR		F			F
			AAA PPP 0060	COR		E			E
			AAA GCM 1100	1SAR		E			E
			AAA OJO 0180	1SAR		F			F
			AAA RMX 0030	SAJ		E			E
		CJPS	AUACJX0010 ¹⁰	TGEN/VAL					
			AUACJX0050 ¹¹						
			AUA CJC 0070	TCOR		F			F
			AU RFR-002 ¹²	COR		E			E
		PCC	AAX PSC 0070	TCOR		E			E
	GLONS	NPC	AAD PSP 0100	MAJ		F			F
ESPANHA	MADRID	JHQ SOUTHWEST	AFJGXD0010	MGEN.		E			E
			AFJGXD0020	TCOR		E			E
			AFJGXD0030	SAJ		E			E
			AFJAAG0010	SAJ		M			M
			AFJIIX0020	TCOR		E			E
			AFJOMX 0030	CFR		M			M
	TORREGON	CAOC8	AH8CGA0011	MGEN		F			F
			AH8OPF0003	TCOR		F			F
			AH8OPF 0105	TCOR		F			F
			AH8OPG0103	TCOR		F			F
			AH8OPG0120	SAJ		F			F

¹⁰ Director - em principio será provido por PO em 2007

¹¹ Executive Officer – Cargo OF-4 a ser provido em regime de rotação com os seguintes países NL/IT/PO.

¹² Este cargo vai ser extinto logo que o militar termine a sua comissão

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
ESPANHA	VALÈNCIA	HRF	ASP CDC 0001	MGEN.		E			E
			Chief G3 AIR	COR		E			E
			ASP OOS 0003	TCOR		E			E
			ASP OIS 0007	MAJ		E			E
	ROTA	HRF	MAR OP OF	CTEN		M			M
INGLATERRA	NORTHWOOD	RHQ EASTLANT	EDC-12	CFR		M			M
			ESC-X14	CFR		M			M
			EE6026	1SAR		M			M
ITÁLIA	ROMA	CDFNATO	FAC.ADVISOR	COR		E			NQ
		NCISLATINA	AAK STN 1050	SAJ		F			EMF
	NÁPOLES	RHQ AFSOUTH	AFAGDP0050			F			F
			AFAIPP0060	CTEN		M			M
			AFAOES0020	TCOR		E			E
			AFAPAX0010	COR		E			E
		HQ AIR- SOUTH	AFDIAA0060	1SAR		F			F
			AFDORO0020	TCOR		F			F
			AFDLPE0020	MAJ		F			F
		3ª DIV IT	LNO	OF-4					E
	POGGIO RENATIC	CAOC5	AH5OPE0101	MAJ		F			F
			AH5 OPF0115	CAP		F			F
	MILÃO	HRF HQ	SO 1 PLANS	OF-4					E
			SO 2 G3 OPS	OF-3/4					E
USA	NORFOLK	SACLANT	HC8	CALM		M			M
			HC801	CFR		M			M
			HC8011 ¹³	SAJ		M			M
			HC-324	TCOR		F			F
			HC-323	CFR		M			M
			HC-813	MAJ		F			F
			HC-77	CMG		M			M
			HC3308	CFR		M			M
		CSFL/CJTF	F-CJ 521	CFR (FZ)		M			M
	WASHING	NSC	NATO DEP	CMG		M			M
STANAVFORLANT			CEM	CFR		M			M
			Above Water Warfare Off.		14	M			M

¹³ Despacho do CEMGFA 27DEC00 o futuro substituto terá uma comissão de apenas 2,5 anos. N/MSG Nº 18/DA de 18JAN01.

¹⁴ De acordo com MSG Nº 105EM3 de 23MAI02 de MAIORMAR (OPC de 28/28 MAI02) Portugal desempenhará o referido cargo nas datas indicadas

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

4. - MISSÕES MILITARES JUNTO DA OTAN

BÉLGICA	BRUXELAS	MILREP	CHEFE	TGEN		E			EFM
			V/CHEFE	COR		F			MFE
			ADJ MAR	CMG		M			M
			ADJ EX	TCOR		E			E
			ADJ FA	COR		F			F
			ADJ UE	TCOR		F			EFM
			ADJ CHEFE	CTEN		M			EFM
			AMAN/ARQ	1SAR		M			M
			AMAN/ARQ	SAJ		E			E
			AMAN/ARQ	1SAR		F			F
			AMAN/ARQ	SAJ		E			EMF
			COND/AMAN	1CAB		E			EF
			COND/AMAN	CABO		M			M
			SEC/CHEFE	TA/2ªCl		EMGFA			civil
	MONS	SHAPE	R M NAC	MGEN		E			EF ¹⁵
			ADJUNTO	COR		E			E
			ADJUNTO	TCOR		F			F
			AMAN/ARQ	SAJ		E			E
			AMAN/ARQ	1SAR		F			F
			CONDUTOR	1CAB		F			F
			CONDUTOR	1CAB		E			E
USA	WASHINGTON	NLR	R N LIG	MGEN ¹⁶		F			FM
			AMAN/ARQ	SCH		E			E

¹⁵ Rotação entre Ex e FAP decidida em Conselho de Chefes de Estado Maior em 25OUT01

¹⁶ Acumula com Adido Defesa em Washington

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

5. ESTADO-MAIOR DA UE

BÉLGICA	BRUXELAS	ESTADO MAIOR UE	Nº 39 POL/PLA	TCOR		F			F
			Nº 25 POL/PLA	COR		F			MFE
			Nº 87 OPS/EXE	TCOR		E			E
			Nº 60 INTEL	CMG		M			M
			Conselheiro Militar ¹⁷	TCOR		F			
				COR		E			

¹⁷ Cargos criados por Portaria Nº 330-A/2002, de 27MAR (DR nº 73/02 (I Série), de 27MAR).

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

6. CARGOS INTERNACIONAIS CIVIS

COM INTERESSE PARA AS FORÇAS ARMADAS

HOLANDA	BRUNSSUN	NAPMA	CL-31	TCOR ADM		F			F
			CL-33	MAJ		E			ME
			IDN-31	TCOR ENG		F			F
ITÁLIA	SPEZIA	SACLANTCEN	SENIOR PRINCIPAL SCIENTIST	CFR		M			18

¹⁸ Cargo civil sujeito a concurso Internacional (NQ)

PAÍS	LOCAL	ORGANISMO	CARGO	POSTO	NOME	RAMO	INÍCIO	FIM	ROT
------	-------	-----------	-------	-------	------	------	--------	-----	-----

7. CARGOS MILITARES DEPENDENTES DE OUTROS MINISTÉRIOS

BÉLGICA	BRUXELAS	DELNATO	CONS.MIL.	TCOR		E			FEM
				COR		F			MFE
				TCOR		E			E
				COR		F			F
				CFR		M			M
USA	NEWYORK	MPPONU ^(a)	CONS.MIL.	TCOR		E			E
ÁUSTRIA	VIENA	OSCE	CONS.MIL	TCOR		E			EFM ¹⁹
				CFR FZ		M			²⁰
TIMOR	DILI	MISDIPL	CONS.MIL.	COR		E			²¹ EMF

(a) - Missão Permanente de Portugal junto da ONU.

¹⁹ Despacho CEMGFA de 10JAN01 REVOGADO (Ex depois FAP e MAR)

²⁰ Apoio pontual á Presidência Portuguesa da OSCE/2002 – só até DEC02.

²¹ Ao abrigo da Portª 264/00 de 17MAIO.

**ANEXO B • COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR - ALUNOS
PALOP EM FORMAÇÃO EM PORTUGAL**

Fonte: DGPDN

Referido a 30 de Outubro de 2002

Alunos dos PALOP em Formação em Portugal

<i>RAMO</i>	<i>TOTAIS</i>	<i>RA</i>	<i>RCV</i>	<i>RGB</i>	<i>RM</i>	<i>RSTP</i>
ARMADA	32	13	6	3	9	1
EXÉRCITO	111	62	12	7	24	6
FORÇA AÉREA	32	25	1		6	
	175	100	19	10	39	7

**Alunos dos PALOP em Formação em Portugal no
âmbito da CTM**

<i>Unidade</i>	<i>RA</i>	<i>RCV</i>	<i>RGB</i>	<i>RM</i>	<i>RSTP</i>	<i>TOTAIS</i>
AFA	11					<i>11</i>
AM	10	10		4	4	<i>28</i>
CFMTFA	7			1		<i>8</i>
CM	12			3		<i>15</i>
EN	13	6	3	8	1	<i>31</i>
ESE	2	2	1			<i>5</i>
ESTMA	6	1		3		<i>10</i>
IAEFA	1			2		<i>3</i>
IAEM	2			2		<i>4</i>
IMPE	11		4	8	1	<i>24</i>
IO	15		2	7	1	<i>25</i>
ISNG				1		<i>1</i>
RII	10					<i>10</i>
TOTAIS	100	19	10	39	8	<i>175</i>

**ANEXO C • ACTIVIDADES MILITARES DO ÂMBITO
BILATERAL - 2002**

Fonte: DGPDN

Referido a 30 de Outubro de 2002

ACTIVIDADES DO ÂMBITO BILATERAL (EXCEPTO PALOP's) - 2002

PAÍS	DATA	PESSOAL EM PORTUGAL		PESSOAL NO EXTERIOR		ACTIVIDADES
		Nac.	Est	Nac.	Est	
BULGÁRIA	05JAN/18JUN		1			Curso de Operações Especiais, em Lamego. a)
	13/17MAR			3		Visita de uma Delegação da Força Aérea Portuguesa à Bulgária, para conversações sobre formação militar, busca e salvamento.
	15/19MAI			2		Conversações sobre política de pessoal e treino militar e sobre transição para a vida civil, em Sófia.
ESLOVÉNIA	03/07ABR		2			Troca de experiência sobre operações especiais. Visita à BAI e CIOE.
	11/17MAI	5			5	Exercício "Proteus 2002", em Lisboa e Ljubljana.
	23/26MAI		2			Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.
	02/08JUN		2			Curso de sobrevivência para pilotos em terra e no mar, em Lisboa.
	23/25SET					Visita oficial do CEMGFA Esloveno, Major General Ladislav Lipic, a Portugal.

PAÍS	DATA	PESSOAL EM PORTUGAL		PESSOAL NO EXTERIOR		ACTIVIDADES
		Nac.	Est	Nac.	Est	
ESLOVÁQUIA	01/05MAR		2			Comissão Mista, em Lisboa.
	29MAI/02JUN			2		Conversações sobre planeamento e gestão de crises, em Bratislava.
EUA	27/28FEV	8				Reunião preparatória da 19ª reunião da Comissão Técnica.
	15MAR	7	6			19ª Reunião da Comissão Técnica.
	20JUN	9				Reunião preparatória da 20ª reunião da Comissão Técnica.
	20/21JUN	7	5			20ª Reunião da Comissão Técnica.
	24JUN	14				Reunião preparatória da XIII Comissão Bilateral Permanente.
	25JUN	3	4			Reunião preparatória da Conferência Ambiental.
	23JUL	20	20			XIII Reunião da Comissão bilateral Permanente.
HUNGRIA	05JAN/18JUN		1			Curso de Operações Especiais, em Lamego. b)
	06/12ABR		2			Conversações, em Lisboa, sobre a estrutura de comunicações em Portugal e cooperação com organismos da NATO.
	01/05MAI			2		Reunião da Comissão Mista, em Budapeste.
MARROCOS	04/10FEV		3			Visita de uma Delegação da Marinha Real Marroquina, em Lisboa.
	17/21ABR		4			Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.
	18/19MAI					Visita navios Marroquinos a Lisboa. Exercício Passex c/ Navios Marroquinos.

PAÍS	DATA	PESSOAL EM PORTUGAL		PESSOAL NO EXTERIOR		ACTIVIDADES
		Nac.	Est	Nac.	Est	
MARROCOS	22/26MAI		1			Visita ao Instituto Hidrográfico, em Lisboa.
	02/13SET		5			Estágio de Sobrevivência, em Portugal.
	09/13SET		27			Intercâmbio de Esquadras 2002, em Portugal.
	09/13SET					Estágio de Simulador de voo, em Marrocos.
	12SET/AGO03		2			Curso Hidrográfico cat. A, em Portugal.
POLÓNIA	05JAN/18JUN		1			Curso de Operações Especiais, em Lamego. c)
	20/24FEV			4		Visita de uma Delegação da Academia da Força Aérea à sua congénere Polaca.
	22/26MAI			2		Troca de experiência sobre protecção NBQ. Novos equipamentos e sua adaptação aos requisitos NATO, em Varsóvia.
	26/30JUN			2		Reunião da Comissão Mista, em Varsóvia.
	08/15SET		2			Treino de Fisiologia de voo, em Portugal.
REPÚBLICA CHECA	06/10MAR			3		Visita de uma Delegação da Força Aérea Portuguesa a Brno, para conversações sobre formação de sargentos especialistas.
	24/27MAR		2			Troca de experiência sobre controlo do tráfego aéreo, em Lisboa.

PAÍS	DATA	PESSOAL EM PORTUGAL		PESSOAL NO EXTERIOR		ACTIVIDADES
		Nac.	Est	Nac.	Est	
REPÚBLICA CHECA	05/08JUN		2			Visita de uma Delegação Checa ao Instituto Geográfico do Exército, em Lisboa.
	24/26JUN		4			Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.
ROMÉNIA	06/10FEV		3			Visita do Comandante da Academia de Altos Estudos Militares da Roménia ao IAEM.
	10/14ABR			2		Reunião da Comissão Mista, em Bucareste.
	16/19JUN					Visita Oficial do General CEMGFA, à Roménia.
	24/28JUN		4			Conversações sobre Reconhecimento Militar, em Portugal.
	22/29SET		4			Conversações sobre planeamento estratégico, em Portugal.
RÚSSIA	21/22SET					Visita oficial do Ministro da Defesa Russo , Dr Sergei Ivanov, a Portugal.
TUNÍSIA	24/28ABR			4		Visita à Academia da Força Aérea, em Tunes.
	08/12MAI		4			Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.
	27/30MAI			1		Visita do Presidente da CPHM, à Tunísia.
	26/30JUN		5			Visita à Academia da Força Aérea, em Portugal.
	02/13SET		2			Estágio de Sobrevivência, em Portugal.
	23/29SET		18	18		Exercício com Tropas Paraquedistas, em Portugal e na Tunísia.

- a) Oficial búlgaro eliminado do curso, por relatório médico, em 15JAN02.
b) Sargento húngaro eliminado do curso, por relatório médico, em 30JAN02.
c) Oficial polaco eliminado do curso, por relatório médico, em 24ABR02.

ANEXO D • PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA UNMISET

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

MILITARES PORTUGUESES EM MISSÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
Programas-Quadro aprovados em Comissões Mistas com os PALOP

Referido a 31 de Julho de 2002

		MARINHA	EXÉRCITO	F. AÉREA	TOTAL
ANGOLA	Oficiais	2	17	3	22
	Sargentos	2	7	1	10
	Praças				
	TOTAL	4	24	4	32
CABO VERDE	Oficiais	1			1
	Sargentos	1			1
	Praças				0
	TOTAL	2			2
GUINÉ-BISSAU	Oficiais		2		2
	Sargentos	1	4		5
	Praças				
	TOTAL	1	6		7
MOÇAMBIQUE	Oficiais	3	6		9
	Sargentos	4	5		9
	Praças	1		1	2
	TOTAL	8	11	1	20
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Oficiais	1	2	3	6
	Sargentos	1	2	4	7
	Praças				
	TOTAL	2	4	7	13
CTM COM TIMOR-LESTE	Oficiais	1	10		11
	Sargentos	3	4		7
	Praças				
	TOTAL	4	14		18
TOTAIS POR CLASSES	Oficiais	8	37	6	51
	Sargentos	12	22	5	39
	Praças	1	0	1	2
TOTAIS POR RAMOS		19	59	12	92

* Militares da Esquadra 502 da FAP (Aviocar)

Ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado entre os Governos de S. Tomé e Príncipe, em 29 de Dezembro de 2000 (3 Oficiais + 4 Sargentos)

PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA UNMISSET

31-Jul-02

LOCALIZAÇÃO	EFFECTIVO AUTORIZADO	EFFECTIVO EM TIMOR
ÓRGÃOS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR		
QUARTEL GENERAL DA UNTAET	6	6
ESTADO MAIOR DO CMD SECTOR	28	4
TOTAL PARCIAL	34	
FORÇAS		
DESTACAMENTO DE HELIS LIGEIOS (4 HELIS)	31	15
TOTAL PARCIAL	31	
BATALHÃO DE INFANTARIA CONJUNTO		
Comando	70	647
Companhia Comando e Serviços	172	
2 Companhias Infantaria Paraquedista	310	
1 Companhia Fuzileiros	155	
TOTAL PARCIAL	707	
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA UNMISSET	Autorizado NU 772	Em Timor 672

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

MILITARES PORTUGUESES EM MISSÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
Programas-Quadro aprovados em Comissões Mistas com os PALOP

Referido a 31 de Agosto de 2002

		MARINHA	EXÉRCITO	F. AÉREA	TOTAL
ANGOLA	Oficiais	2	19	3	24
	Sargentos	2	7	1	10
	Praças				
	TOTAL	4	26	4	34
CABO VERDE	Oficiais	1			1
	Sargentos	1			1
	Praças				0
	TOTAL	2			2
GUINÉ-BISSAU	Oficiais		2		2
	Sargentos	1	4		5
	Praças				
	TOTAL	1	6		7
MOÇAMBIQUE	Oficiais	3	6		9
	Sargentos	4	5		9
	Praças	1		1	2
	TOTAL	8	11	1	20
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Oficiais	1	2	3	6
	Sargentos	1	2	4	7
	Praças				
	TOTAL	2	4	7	13
CTM COM TIMOR-LESTE	Oficiais	1	5		6
	Sargentos	3	4		7
	Praças				
	TOTAL	4	9		13
TOTAIS POR CLASSES	Oficiais	8	34	6	48
	Sargentos	12	22	5	39
	Praças	1	0	1	2
TOTAIS POR RAMOS		19	56	12	89

* Militares da Esquadra 502 da FAP (Aviocar)

Ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado entre os Governos de S. Tomé e Príncipe, em 29 de Dezembro de 2000 (3 Oficiais + 4 Sargentos)

PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA UNMISSET

31-Ago-02

LOCALIZAÇÃO	EFFECTIVO AUTORIZADO	EFFECTIVO EM TIMOR
-------------	-------------------------	-----------------------

ÓRGÃOS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR		
QUARTEL GENERAL DA UNTAET	6	6
ESTADO MAIOR DO CMD SECTOR	28	4
TOTAL PARCIAL	34	

FORÇAS		
DESTACAMENTO DE HELIS LIGEIOS (4 HELIS)	31	15
TOTAL PARCIAL	31	

BATALHÃO DE INFANTARIA CONJUNTO		
Comando	70	
Companhia Comando e Serviços	172	
2 Companhias Infantaria Paraquedista	310	
1 Companhia Fuzileiros	155	647
TOTAL PARCIAL	707	

TOTAL DA PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA UNMISSET	Autorizado NU 772	Em Timor 672
---	----------------------	-----------------

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

MILITARES PORTUGUESES EM MISSÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
Programas-Quadro aprovados em Comissões Mistas com os PALOP

Referido a 30 de Setembro de 2002

		MARINHA	EXÉRCITO	F. AÉREA	TOTAL
ANGOLA	Oficiais	3	23	3	29
	Sargentos	3	7	1	11
	Praças				
	TOTAL	6	30	4	40
CABO VERDE	Oficiais	1			1
	Sargentos	1			1
	Praças				0
	TOTAL	2			2
GUINÉ-BISSAU	Oficiais		2		2
	Sargentos	1	4		5
	Praças				
	TOTAL	1	6		7
MOÇAMBIQUE	Oficiais	3	6		9
	Sargentos	3	5		8
	Praças	1		1	2
	TOTAL	7	11	1	19
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Oficiais		2	3*	5
	Sargentos		2	4*	6
	Praças				
	TOTAL		4	7	11
CTM COM TIMOR-LESTE	Oficiais	1	5		6
	Sargentos	3	4		7
	Praças				
	TOTAL	4	9		13
TOTAIS POR CLASSES	Oficiais	8	38	6	52
	Sargentos	11	22	5	38
	Praças	1	0	1	2
TOTAIS POR RAMOS		20	60	12	92

* Militares da Esquadra 502 da FAP (Aviocar)

Ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado entre os Governos de S. Tomé e Príncipe, em 29 de Dezembro de 2000 (3 Oficiais + 4 Sargentos)

PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA UNMISSET

30-Out-02

LOCALIZAÇÃO	EFFECTIVO AUTORIZADO	EFFECTIVO EM TIMOR
ÓRGÃOS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR		
QUARTEL GENERAL DA UNTAET	6	5
ESTADO MAIOR DO CMD SECTOR	28	4
TOTAL PARCIAL	34	
FORÇAS		
DESTACAMENTO DE HELIS LIGEIOS (4 HELIS)	31	15
TOTAL PARCIAL	31	
BATALHÃO DE INFANTARIA CONJUNTO		
Comando	70	646
Companhia Comando e Serviços	172	
2 Companhias Infantaria Paraquedista	310	
1 Companhia Fuzileiros	155	
TOTAL PARCIAL	707	
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA UNMISSET	Autorizado NU 772	Em Timor 670

ANEXO E

- **PRESENÇA DE PORTUGAL EM OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU, UE, OSCE E OTAN**

Fonte: DGPDN

Referido a 30 de Outubro de 2002

SITUAÇÃO GERAL DO PESSOAL NOS BALCÃS

- 30Setembro2002 -

NAÇÕES NATO	BÉLGICA	CANADÁ	REPÚBLICA CHECA	DINAMARCA	FRANÇA	ALEMANHA	GRÉCIA	HUNGRIA	ISLÂNDIA	ITALIA	LUXEMBURGO	HOLANDA	NORUEGA	POLÓNIA	PORTUGAL	ESPAÑA	TURQUIA	REINO UNIDO	E. U. A.	SUB TOTAL
SFOR	3	1307	14	316	1968	1381	117	153	1	1445	0	1144	36	252	331	1017	537	1651	1865	13538
KOSOVO	765	0	464	495	4294	4366	1439	336	2	4263	23	0	807	510	0	984	641	1852	4422	25663
FYROM (RESERVA)	81	0	6	20	440	282	0	0	0	200	0	0	68	68	0	232	33	2	277	1709
AMBER FOX	6	1	0	36	159	324	27	38	0	180	0	0	5	25	6	18	5	4	4	838
GRÉCIA	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21
ALBANIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	855	1308	484	867	6861	6353	1604	527	3	6088	23	1144	916	855	337	2251	1216	3509	6568	41769
HQS KFOR	10	0	6	12	97	74	16	4	0	40	0	1	20	11	1	21	17	43	71	444
SUB TOTAL NAÇÕES NATO	865	1308	490	879	6958	6427	1620	531	3	6128	23	1145	936	866	338	2272	1233	3552	6639	42213

SITUAÇÃO GERAL DO PESSOAL NOS BALCÃS

NAÇÕES NÃO NATO	ALBÂNIA	ARGENTINA	AUSTRÁLIA	AUSTRIA	AZERBAIJÃO	BULGÁRIA	ESTÓNIA	FINLÂNDIA	GEORGIA	IRLÂNDIA	JORDÂNIA	LETÓNIA	LITUÂNIA	MARROCOS	NOVA ZELÂNDIA	ROMÊNIA	RÚSSIA	ESLOVÁQUIA	ESLOVÊNIA	SUÉCIA	SUIÇA	EMIRATES ÁRABES UNIDOS	UCRÂNIA	SUB TOTAL NAÇÕES NÃO NATO	SUB TOTAL NAÇÕES NATO	TOTAL
SFOR	51	3	7	2	0	187	0	76	0	61	0	4	75	280	27	111	305	3	62	29	0	0	0	1283	13538	14821
KOSOVO	0	46	0	510	34	40	23	799	34	100	0	4	30	556	0	204	631	99	0	743	212	5	321	4391	25663	30054
FYROM (RESERVA)	0	0	0	11	0	0	0	15	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	6	0	0	47	1709	1756
GRÉCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	21
ALBÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	51	49	7	523	34	227	23	890	34	165	0	8	105	836	27	315	936	102	62	783	218	5	321	5721	40931	46652
HQS KFOR	0	2	0	6	0	2	1	6	0	6	0	0	0	0	0	25	0	0	2	9	0	0	3	62	444	506
SUB TOTAL NAÇÕES NÃO NATO	51	51	7	529	34	229	24	896	34	171	0	8	105	836	27	340	936	102	64	792	218	5	324	5783	41375	47158

PARTICIPAÇÃO DE MILITARES E OUTROS EFECTIVOS EM MISSÕES FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	OPERAÇÃO	UNIDADES	EFFECTIVOS MILITARES ENVOLVIDOS			OUTROS EFFECTIVOS	
				OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS	GNR	PSP
NATO	BÓSNIA	SFOR	2ºBIMEC/BMI	29	58	236		
			QG. SFOR	2	4	1		
			Lig. À Brigada Italiana	0	0	0		
	KOSOVO	KFOR	Agr. DELTA/BMI	0	0	0		
			QG.KFOR	0	1	0		
			Lig. À Brigada Italiana	0	0	0		
			DOE	0	0	0		
MACEDÓNIA	"AMBER FOX"	Eq EOD	2	2	2			
SUB-TOTAL				33	65	239		
ONU	SAHARA	MINURSO						3
	GUATEMALA	MINUGUA						1
	BÓSNIA	UNMIBH						33
	KOSOVO	UNMIK						21
	TIMOR	UNMISSET	CNT	<div><div>QG5</div><div>EM.CMD.SECTOR4</div><div>DET.HELI.LIG15</div><div>BAT.INF.CONJ.491</div><div>COMPª FUZILEIROS155</div></div>			125	47
SUB-TOTAL				670			125	105

PARTICIPAÇÃO DE MILITARES E OUTROS EFECTIVOS EM MISSÕES FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	OPERAÇÃO	UNIDADES	EFFECTIVOS MILITARES ENVOLVIDOS			OUTROS EFECTIVOS	
				OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS	GNR	PSP
UE	ALBÂNIA	MAPE						2
OSCE	BÓSNIA	INSPECÇÃO ART II ANEXO IB ACORDO DE DAYTON	a)	1				
SUB-TOTAL				1	0	0	0	2
OBSERVADORES VERIFICAÇÃO CESSAR FOGO	ANGOLA			7				
SUB-TOTAL				7 *	0	0	0	0

* 3 militares do Exército, 2 militares da Marinha e 2 militares da Força Aérea

TOTAL PARCIAL	. SFOR + KFOR + "AMBER FOX"	=	337 Militares
	. ONU/UNTAET (Militares + GNR)	=	795
	. ONU/OSCE/UE/ANGOLA - Militares/Observadores	=	8 *
	. ONU/UNCIVPOL (PSP)/UE (PSP)	=	107

TOTAL GLOBAL	MILITARES: 337+670+8	=	1015
	GNR:	=	125
	PSP:	=	107
	TOTAL GLOBAL:	=	1247

a) Quando necessário e a pedido da OSCE, a UNAVE tem disponibilizado inspectores e assistentes (está prevista a ida de 2 assistentes durante o ano 2002)

PRESENÇA DE PORTUGAL EM OPERAÇÕES DE PAZ SOB A EGIDE DA ONU, UE, OSCE E NATO

Entre Abril e Setembro de 2002, Portugal participou em várias Operações de Paz fora do Território Nacional (Afeganistão, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Kosovo, Macedónia, Sahara, Timor e Angola), com um envolvimento correspondente a uma média mensal de **1049** militares.

Assim, em Outubro de 2002, Portugal esteve envolvido nas Operações de Paz abaixo indicadas, com os seguintes efectivos militares:

	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Bósnia-Herzegovina	31	62	237	330
Kosovo	0	1	0	1
Macedónia	2	2	2	6
Afeganistão	0	0	0	0
OSCE	1	0	0	1 ***
Angola	7	0	0	7 **
Timor	51	119	500	670
Total	92	184	739	1015 *

* Não estão incluídos 125 militares pertencentes à GNR

** 3 militares do Exército, 2 militares da Marinha e 2 militares da Força Aérea

*** Observador OSCE

No que diz respeito à Cooperação Técnico-Militar/CTM com os 5 PALOP e Timor-Leste (Bilateral) o empenhamento de militares portugueses é o seguinte:

	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Angola	29	11	0	40
Cabo Verde	1	1	0	2
Guiné-Bissau	2	5	0	7
Moçambique	9	8	2	19
S. Tomé e Príncipe	5	6	0	11 *
Timor-Leste	6	7	0	13
Total	52	38	2	92 *

- Inclui pessoal do Destacamento da FAP (3 Oficiais + 4 Sargentos), bem como um avião AVIOCAR.

ANEXO F • HISTÓRICO FND / EXÉRCITO

Fonte: EME

Referido a 30 de Outubro de 2002

UNIDADES EXÉRCITO PARTICIPANTES FND – HISTÓRICO

BÓSNIA - HERZEGOVINA

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
2BIAT	IFOR	BAI	16JAN96/12AGO96	917
3BIAT	IFOR	BAI	12AGO96/10FEV97	917
1BIMEC	SFOR	BMI	10FEV97/30JUL97	319
2BIMEC	SFOR	BMI	30JUL97/14JAN98	319
1BIAT	SFOR	BAI	14JAN98/15JUL98	319
AGRALFA	SFOR	BLI	15JUL98/12JAN99	319
1BIMEC	SFOR	BMI	12JAN99/10JUL99	319
2BIPARA	SFORII	BAI	10JUL99/31JAN00	320
AGRconjALFA	SFORII	BLI	31JAN00/29JUL00	323
2BIMEC	SFORII	BMI	29JUL00/28JAN01	323
AGRECHO	SFORII	BMI	28JAN01/29JUL01	323
1BIPARA	SFORII	BAI	29JUL01/29JAN02	351
2BIMEC	SFORII	BMI	29JAN02/JUL02	323

KOSOVO

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
AGRBRAVO	KFOR	BAI	09AGO99/11FEV00	300
AGRCHARLIE	KFOR	BLI	11FEV00/11AGO00	300
AGRDELTA	KFOR	BMI	11AGO00/31MAR01	295
DOE/KFOR	KFOR	CIOE	30JAN01/16AGO01	13

AFEGANISTÃO

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
-----	ISAF	BST	26FEV02/23ABR02	3

TIMOR

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
1BIPARA	TFOR	BAI	14FEV00/21AGO00	707
2BIPARA	TFOR	BAI	21AGO00/26FEV01	707
2BI/BLI	PKF	BLI	26FEV01/08OUT01	759
1BI/BLI	PKF	BLI	08OUT01/FEV02	759
2 BI/PARA	UNMISSET	BAI	08JUN02/JAN03	655
-----	MONITORES COOPERAÇÃO CRIAÇÃO FDT-L	EPI	21JAN01/07DEC01	10
-----	MONITORES COOPERAÇÃO CRIAÇÃO FDT-L	EPI	07DEC01/JUL02	08
-----	APOIO CRIAÇÃO 2BAT/FDT-L	CPAE	11JAN02/11FEV02	03
-----	APOIO CRIAÇÃO 2BAT/FDT-L	CPAE	JUL02/AGO02 (??)	02

MACEDÓNIA

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
-----	TFH	SMAT	27AGO01/03OUT01	5
-----	TFF	BMI	12OUT01/09JAN02	6
-----	TFF	BAI	09JAN02/JUL02	6

ANEXO G

- **MAPA RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS DE 1992 A 2002**

Fonte: EME

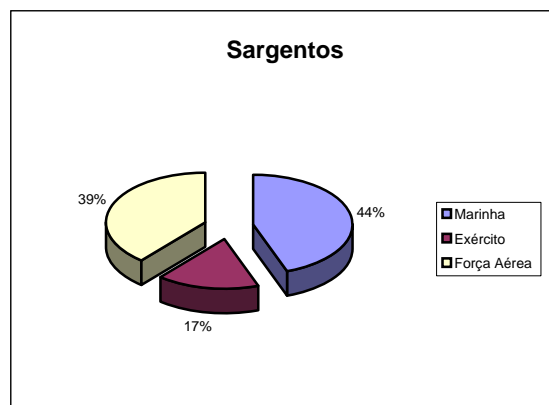
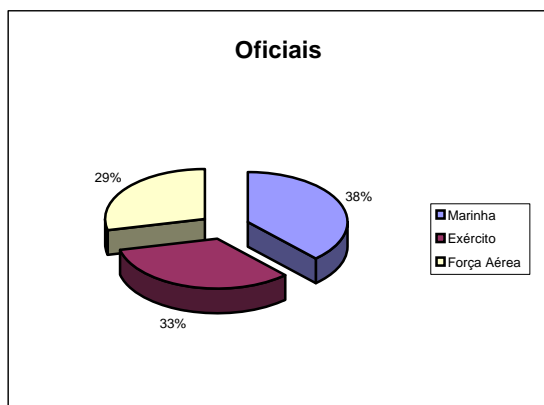
Referido a 30 de Outubro de 2002

APÊNDICE 1 • QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NAS MISSÕES MILITARES JUNTO DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

MISSÕES MILITARES JUNTO DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Oficiais	
Marinha	8
Exército	7
Força Aérea	6
TOTAL	21

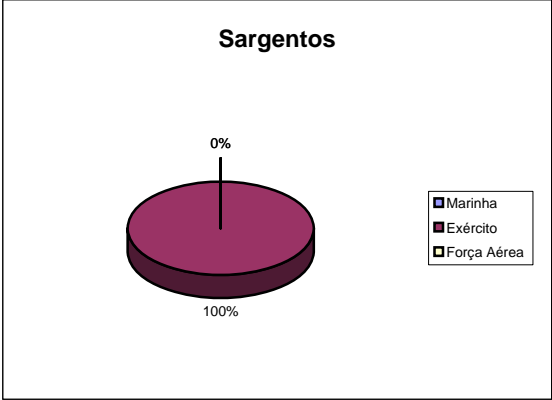
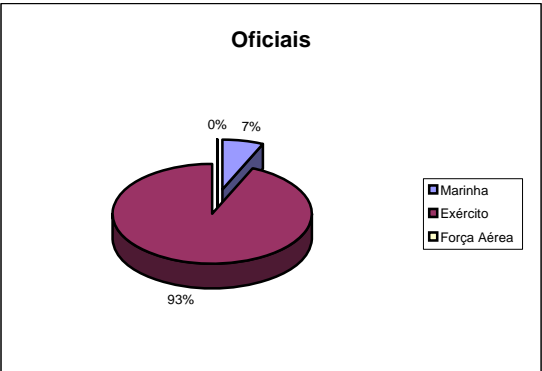
Sargentos	
Marinha	8
Exército	3
Força Aérea	7
TOTAL	18



CARGOS MILITARES INTERNACIONAIS - EUROFOR - EUROMARFOR

Oficiais	
Marinha	1
Exército	14
Força Aérea	0
TOTAL	15

Sargentos	
Marinha	0
Exército	10
Força Aérea	0
TOTAL	10



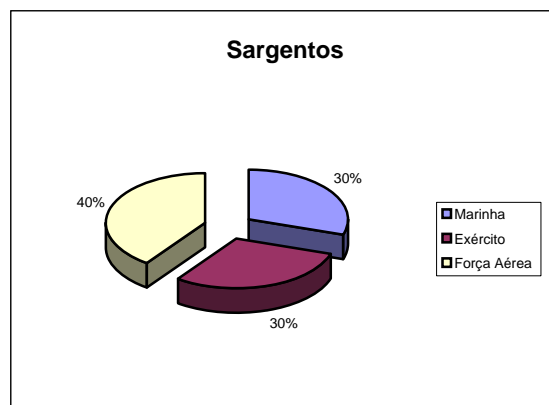
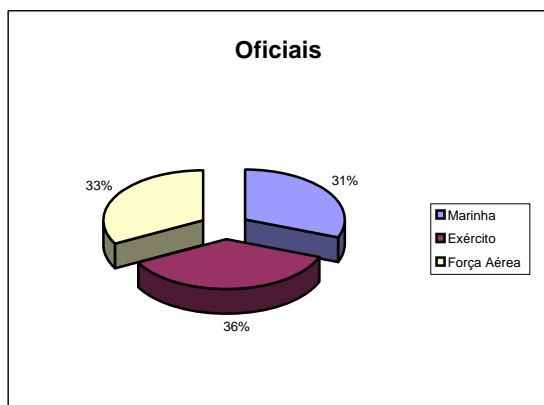
APÊNDICE 2 • QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NOS CARGOS INTERNACIONAIS EUROFOR – EUROMARFOR

APÊNDICE 3 • QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NOS CARGOS INTERNACIONAIS OTAN

CARGOS INTERNACIONAIS OTAN

Oficiais	
Marinha	17
Exército	20
Força Aérea	18
TOTAL	55

Sargentos	
Marinha	3
Exército	3
Força Aérea	4
TOTAL	10

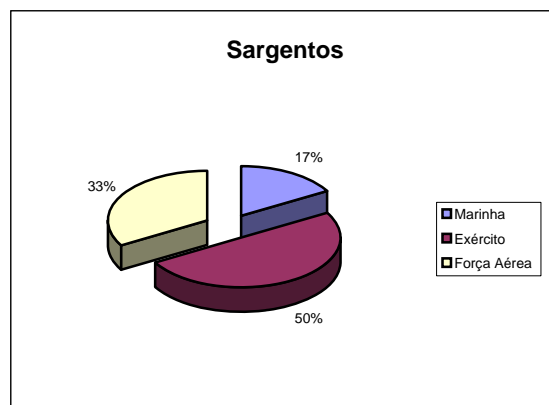
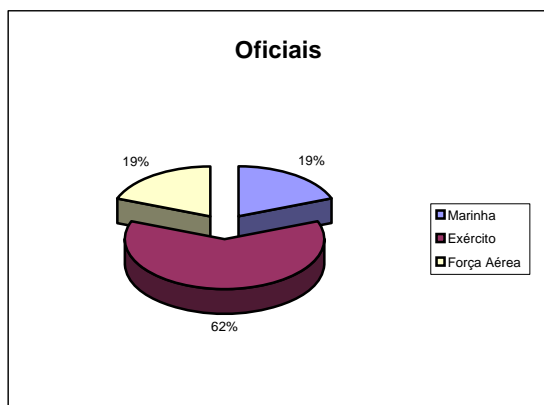


APÊNDICE 4 • QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NAS MISSÕES MILITARES JUNTO DA OTAN

MISSÕES MILITARES JUNTO DA OTAN

Oficiais	
Marinha	4
Exército	13
Força Aérea	4
TOTAL	21

Sargentos	
Marinha	1
Exército	3
Força Aérea	2
TOTAL	6



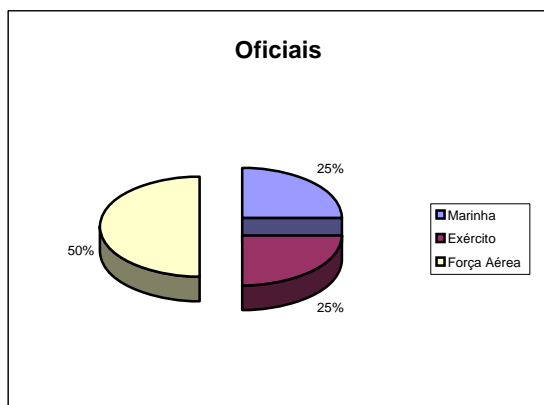
APÊNDICE 5

- **QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NO COMITÉ MILITAR E NO ESTADO-MAIOR DA UE**

COMITÉ MILITAR E ESTADO-MAIOR DA UNIÃO EUROPEIA

Oficiais	
Marinha	1
Exército	1
Força Aérea	2
TOTAL	4

Sargentos	
Marinha	0
Exército	0
Força Aérea	0
TOTAL	0

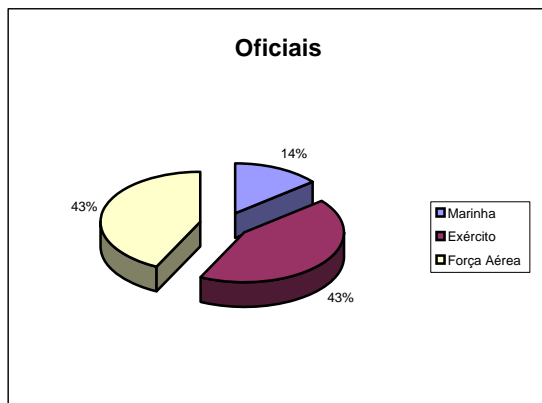


APÊNDICE 6 • QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NOS CARGOS INTERNACIONAIS CIVIS

CARGOS INTERNACIONAIS CIVIS

Oficiais	
Marinha	1
Exército	3
Força Aérea	3
TOTAL	7

Sargentos	
Marinha	0
Exército	0
Força Aérea	0
TOTAL	0

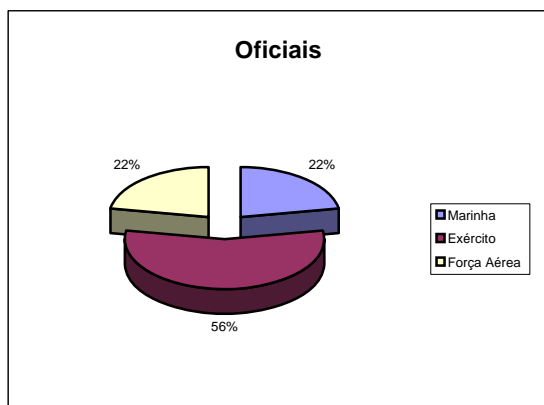


**APÊNDICE 7 • QUADRO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DO
EXÉRCITO NOS CARGOS MILITARES
DEPENDENTES DE OUTROS MINISTÉRIOS**

CARGOS MILITARES DEPENDENTES DE OUTROS MINISTÉRIOS

Oficiais	
Marinha	2
Exército	5
Força Aérea	2
TOTAL	9

Sargentos	
Marinha	0
Exército	0
Força Aérea	0
TOTAL	0



APÊNDICE 8 • QUADRO RESUMO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO - MILITAR

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

MILITARES PORTUGUESES EM MISSÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
Programas-Quadro aprovados em Comissões Mistas com os PALOP

Referido a 31 de Julho de 2002

		MARINHA	EXÉRCITO	F. AÉREA	TOTAL
ANGOLA	Oficiais	2	17	3	22
	Sargentos	2	7	1	10
	Praças				
	TOTAL	4	24	4	32
CABO VERDE	Oficiais	1			1
	Sargentos	1			1
	Praças				0
	TOTAL	2			2
GUINÉ-BISSAU	Oficiais		2		2
	Sargentos	1	4		5
	Praças				
	TOTAL	1	6		7
MOÇAMBIQUE	Oficiais	3	6		9
	Sargentos	4	5		9
	Praças	1		1	2
	TOTAL	8	11	1	20
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Oficiais	1	2	3	6
	Sargentos	1	2	4	7
	Praças				
	TOTAL	2	4	7	13
CTM COM TIMOR-LESTE	Oficiais	1	10		11
	Sargentos	3	4		7
	Praças				
	TOTAL	4	14		18
TOTAIS POR CLASSES	Oficiais	8	37	6	51
	Sargentos	12	22	5	39
	Praças	1	0	1	2
TOTAIS POR RAMOS		19	59	12	92

* Militares da Esquadra 502 da FAP (Aviocar)

Ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado entre os Governos de S. Tomé e Príncipe, em 29 de Dezembro de 2000 (3 Oficiais + 4 Sargentos)

PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA UNMISSET

31-Jul-02

LOCALIZAÇÃO	EFFECTIVO AUTORIZADO	EFFECTIVO EM TIMOR
ÓRGÃOS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR		
QUARTEL GENERAL DA UNTAET	6	6
ESTADO MAIOR DO CMD SECTOR	28	4
TOTAL PARCIAL	34	
FORÇAS		
DESTACAMENTO DE HELIS LIGEIOS (4 HELIS)	31	15
TOTAL PARCIAL	31	
BATALHÃO DE INFANTARIA CONJUNTO		
Comando	70	647
Companhia Comando e Serviços	172	
2 Companhias Infantaria Paraquedista	310	
1 Companhia Fuzileiros	155	
TOTAL PARCIAL	707	
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA UNMISSET	Autorizado NU 772	Em Timor 672

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

MILITARES PORTUGUESES EM MISSÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
Programas-Quadro aprovados em Comissões Mistas com os PALOP

Referido a 31 de Agosto de 2002

		MARINHA	EXÉRCITO	F. AÉREA	TOTAL
ANGOLA	Oficiais	2	19	3	24
	Sargentos	2	7	1	10
	Praças				
	TOTAL	4	26	4	34
CABO VERDE	Oficiais	1			1
	Sargentos	1			1
	Praças				0
	TOTAL	2			2
GUINÉ-BISSAU	Oficiais		2		2
	Sargentos	1	4		5
	Praças				
	TOTAL	1	6		7
MOÇAMBIQUE	Oficiais	3	6		9
	Sargentos	4	5		9
	Praças	1		1	2
	TOTAL	8	11	1	20
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Oficiais	1	2	3	6
	Sargentos	1	2	4	7
	Praças				
	TOTAL	2	4	7	13
CTM COM TIMOR-LESTE	Oficiais	1	5		6
	Sargentos	3	4		7
	Praças				
	TOTAL	4	9		13
TOTAIS POR CLASSES	Oficiais	8	34	6	48
	Sargentos	12	22	5	39
	Praças	1	0	1	2
TOTAIS POR RAMOS		19	56	12	89

* Militares da Esquadra 502 da FAP (Aviocar)

Ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado entre os Governos de S. Tomé e Príncipe, em 29 de Dezembro de 2000 (3 Oficiais + 4 Sargentos)

PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA UNMISSET

31-Ago-02

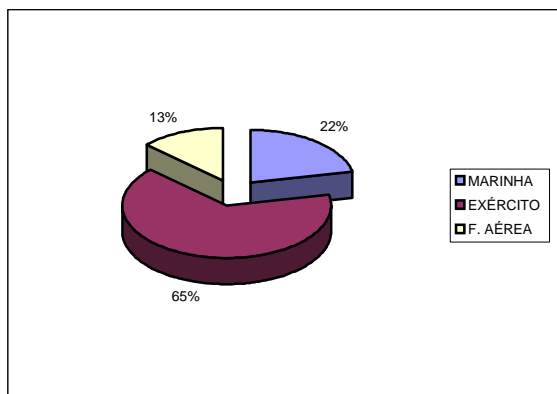
LOCALIZAÇÃO	EFFECTIVO AUTORIZADO	EFFECTIVO EM TIMOR
ÓRGÃOS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR		
QUARTEL GENERAL DA UNTAET	6	6
ESTADO MAIOR DO CMD SECTOR	28	4
TOTAL PARCIAL	34	
FORÇAS		
DESTACAMENTO DE HELIS LIGEIOS (4 HELIS)	31	15
TOTAL PARCIAL	31	
BATALHÃO DE INFANTARIA CONJUNTO		
Comando	70	647
Companhia Comando e Serviços	172	
2 Companhias Infantaria Paraquedista	310	
1 Companhia Fuzileiros	155	
TOTAL PARCIAL	707	
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA UNMISSET	Autorizado NU 772	Em Timor 672

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

MILITARES PORTUGUESES EM MISSÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
Programas-Quadro aprovados em Comissões Mistas com os PALOP

Referido a 30 de Outubro de 2002

		MARINHA	EXÉRCITO	F. AÉREA	TOTAL
ANGOLA	Oficiais	3	23	3	29
	Sargentos	3	7	1	11
	Praças				
	TOTAL	6	30	4	40
CABO VERDE	Oficiais	1			1
	Sargentos	1			1
	Praças				0
	TOTAL	2			2
GUINÉ-BISSAU	Oficiais		2		2
	Sargentos	1	4		5
	Praças				
	TOTAL	1	6		7
MOÇAMBIQUE	Oficiais	3	6		9
	Sargentos	3	5		8
	Praças	1		1	2
	TOTAL	7	11	1	19
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Oficiais		2	3	5
	Sargentos		2	4	6
	Praças				
	TOTAL		4	7	11
CTM COM TIMOR-LESTE	Oficiais	1	5		6
	Sargentos	3	4		7
	Praças				
	TOTAL	4	9		13
TOTAIS POR CLASSES	Oficiais	8	38	6	52
	Sargentos	11	22	5	38
	Praças	1	0	1	2
TOTAIS POR RAMOS		20	60	12	92



PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA UNMISSET

30-Set-02

LOCALIZAÇÃO	EFFECTIVO AUTORIZADO	EFFECTIVO EM TIMOR
-------------	-------------------------	-----------------------

ÓRGÃOS DE COMANDO E ESTADO-MAIOR		
QUARTEL GENERAL DA UNTAET	6	5
ESTADO MAIOR DO CMD SECTOR	28	4
TOTAL PARCIAL	34	

FORÇAS		
DESTACAMENTO DE HELIS LIGEIOS (4 HELIS)	31	15
TOTAL PARCIAL	31	

BATALHÃO DE INFANTARIA CONJUNTO		
Comando	70	
Companhia Comando e Serviços	172	
2 Companhias Infantaria Paraquedista	310	
1 Companhia Fuzileiros	155	646
TOTAL PARCIAL	707	

TOTAL DA PARTICIPAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA UNMISSET	Autorizado NU 772	Em Timor 670
---	----------------------	-----------------

APÊNDICE 9

• EXERCÍCIOS MULTINACIONAIS DO EXÉRCITO EM 2002

EXERCÍCIOS MULTINACIONAIS DO EXÉRCITO - 2002

Designação	Local	Forças Nacionais	Forças Estrangeiras	Tipo
SAGITÁRIO 02	Portugal	BLI	1 Comp Espanhola	Live Ex (FTX)
MOLIÇO 02	Portugal	BAI	1 Comp Espanhola	Live Ex (FTX)
TEJO 02	Portugal	BAI	1 Comp Espanhola	Live Ex (FTX)
ADVENTURE EXPRESS 02	Noruega	DestOE		Live Ex (FTX)
COOPERATIVE NUGGET 02	Portugal	IAEM		CPX
ARCADE FUSION 02	Alemanha	Augmentees		CPX
COOPERAÇÃO TUNISIA 02	Tunísia/Portugal	Augmentees		Live Ex (FTX)
FELINO 02	Brasil	CIOE		Live Ex (FTX)
TOSCANA 02	Itália	4 OfPO	Cmd EUROFOR	CPX
EOLO 02	Itália	BAI/BMI Augmentees	Cmd EUROFOR	Live Ex (FTX)
HAWK 02	Espanha/Valência	BMI (20 homens)		CPX

APÊNDICE 10 • EXTRACTOS DAS BASES DO CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

SELECÇÃO DE ASPECTOS RELEVANTES PARA OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS RETIRADOS DAS BASES PARA A DEFINIÇÃO DE UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

(...)

II. BASES PARA UM NOVO CONCEITO

O Conceito Estratégico da Defesa Nacional obedece às disposições constitucionais e legais que enformam a política de Defesa Nacional. Por isso se afirma que a Defesa Nacional tem por objectivo garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações, contra qualquer agressão ou ameaça externas. À Defesa Nacional incumbe, ainda, garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas, a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado, o reforço dos valores e capacidades nacionais, assegurando a manutenção ou restabelecimento da paz, em condições que correspondam aos interesses nacionais.

Nos termos da lei, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional visa a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, em ordem a alcançar os objectivos da política de Defesa Nacional.

O Governo, no cumprimento do seu programa, propõe à Nação, para reflexão e debate, as seguintes bases para a definição do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

(...)

Sistema de Alianças e Organizações Internacionais

(...)

9ª BASE (Nações Unidas)

O Estado português, membro das Nações Unidas, considera da maior importância, para a segurança internacional, a manutenção da paz e a resolução dos conflitos, o reforço do prestígio e da actuação da ONU. Sob a sua bandeira, as Forças Armadas Portuguesas

participaram, participam e devem continuar a participar, em operações humanitárias e missões de imposição ou manutenção da paz, favoráveis à segurança global e regional.

10ª BASE (Aliança Atlântica)

O sistema de segurança e defesa de Portugal tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica. Enquanto membro fundador da NATO, Portugal orgulha-se do contributo que esta deu para a paz e a estabilidade internacionais. Como organização de defesa colectiva, a NATO corresponde à melhor opção de Portugal, no quadro da defesa do nosso espaço geográfico e da valorização da nossa posição estratégica. No plano estritamente militar, a NATO representa um factor de modernização das nossas Forças Armadas, e uma bandeira fundamental na afirmação, em missões de paz, dos militares Portugueses.

Do ponto de vista da Defesa Nacional, Portugal deve ter uma posição activa, e individualizada, no espaço de solidariedade que a Aliança representa. Isso implica, nomeadamente:

- a) a dimensão cooperativa da política de defesa;
- b) a defesa da posição nacional, e da importância do flanco sul da NATO, tanto mais importante, quanto o cenário das novas ameaças é mais premente a Sul;
- c) o dever de acompanhar os aliados perante os novos desafios, na óptica de mais actuação conjunta, no plano nacional, e segundo uma perspectiva estratégica de participação combinada, no quadro da Aliança;
- d) o esforço de modernização e adaptação das nossas Forças Armadas e dos seus equipamentos, por ser do interesse nacional fazê-lo, e por ser do interesse da Aliança ter membros que contribuam, com novas capacidades, para o desempenho eficiente das suas missões.

11ª BASE (União Europeia)

Portugal é membro da União Europeia, participa empenhadamente na política Europeia de Segurança e Defesa, e tem o maior interesse estratégico na estabilidade, coesão e aprofundamento do projecto europeu.

Por isso, no quadro específico da Defesa Nacional, interessa-nos a participação nas chamadas missões de gestão de crises e humanitárias de Petersberg, tal como nos interessa que a União Europeia seja capaz de ter um protagonismo mais efectivo na resolução de conflitos ou de crises que lhe digam respeito.

Portugal contribui de forma efectiva, para o aumento das capacidades militares europeias, de que a construção da Força de Reacção Rápida é o principal elemento.

12ª BASE (Complementaridade)

Portugal tem toda a vantagem na preservação do vínculo transatlântico; no bom relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América; numa visão complementar e articulada das políticas de Defesa que se desenvolvem na NATO e na UE; e no reforço do pilar europeu da NATO. Esta orientação é a que melhor serve o interesse nacional, evitando ainda a duplicação de esforços ou de investimentos, que resultariam de uma visão conflitual ou concorrencial entre as políticas de defesa atlântica e europeia.

13ª BASE (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

A comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um instrumento relevante para o relacionamento entre povos ligados pela história, pela cultura e pela língua, para a afirmação lusófona nas instituições internacionais, e para a efectivação de uma comunidade de valores e interesses económicos, culturais e de cidadania.

No âmbito da Defesa Nacional, a importância da CPLP deve ser acentuada, para, nomeadamente:

- a) reforçar a sua dimensão de Defesa;
- b) desenvolver a cooperação técnico-militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados;

- c) intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma a contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível das Nações Unidas;

14ª BASE (Outras Organizações)

Portugal participa igualmente noutras organizações internacionais, como a OSCE e a UEO, pela relevância da sua contribuição para o reforço da paz, o aumento da confiança e o esforço de diálogo e cooperação internacionais.

Áreas de interesse estratégico

15ª BASE (Prioridades)

No desenvolvimento dos seus objectivos estratégicos, Portugal considera como áreas fundamentais de interesse:

- a) o espaço europeu, onde nos inserimos;
- b) o espaço atlântico em geral, e o relacionamento com os Estados Unidos da América;
- c) o Atlântico sul em especial, e o relacionamento com o Brasil;
- d) a África lusófona e Timor-Leste;
- e) o Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo;
- f) as regiões ou países em que Portugal tenha presença histórica e cultural;
- g) os países em que existem fortes comunidades Portuguesas;
- h) os países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.

16ª BASE (Interesses conjunturais)

Podem considerar-se áreas de interesse estratégico para Portugal, para além das já invocadas, quaisquer zonas do globo em que, conjunturalmente, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.

Missões principais

17ª BASE (Definição)

Em coerência com os valores permanentes, para fazer face às ameaças relevantes, cumprindo obrigações no quadro das organizações internacionais a que pertencemos, e viabilizando a realização da estratégia de Portugal nas suas potenciais zonas de influência, a Defesa Nacional, no plano das missões principais das Forças Armadas, é o garante:

- a) da defesa militar do país;
- b) da satisfação dos compromissos internacionais do Estado, actuando como instrumento de política externa;
- c) da realização de missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar.

(...)

APÊNDICE 11 • EXTRACTOS DAS GRANDES OPÇÕES DO CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

**SELECÇÃO DE ASPECTOS RELEVANTES PARA OS COMPROMISSOS
INTERNACIONAIS RETIRADOS DAS GRANDES OPÇÕES DO CONCEITO
ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL**

(...)

7. SISTEMA DE ALIANÇAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

7.1. O Estado português, membro das Nações Unidas, considera da maior importância, para a segurança internacional, a manutenção da paz e a resolução dos conflitos, o reforço do prestígio e da actuação da ONU. Sob a sua bandeira, as Forças Armadas Portuguesas participaram, participam e devem continuar a participar em operações humanitárias e missões de apoio à paz, favoráveis à segurança e estabilidade globais e regionais.

7.2. O sistema de Segurança e Defesa de Portugal tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica. Enquanto membro fundador da NATO, Portugal orgulha-se do contributo que esta deu para a paz e a estabilidade internacionais. Como organização de defesa colectiva, a NATO corresponde à melhor opção de Portugal, no quadro da defesa do nosso espaço geográfico e da valorização da nossa posição estratégica. No plano estritamente militar, a NATO representa um factor de modernização das nossas Forças Armadas, e tem sido uma bandeira fundamental na afirmação, em missões de paz, dos militares Portugueses.

Do ponto de vista da Defesa Nacional, Portugal deve ter uma posição activa, e individualizada, no espaço de defesa colectiva e de solidariedade que a Aliança representa.

Isso implica, nomeadamente:

- O esforço de modernização e adaptação das nossas Forças Armadas e dos seus equipamentos, por ser do interesse nacional fazê-lo, e por ser do interesse da Aliança ter membros que contribuam, com novas capacidades, para o desempenho eficiente das suas missões;
- A dimensão cooperativa da política de defesa;
- A defesa da posição nacional e, em geral, do sul da área euro-atlântica, tanto mais actual, quanto o cenário das novas ameaças reforça a sua importância;

- O dever de acompanhar os aliados perante os novos desafios na óptica de mais actuação conjunta, no plano nacional, e segundo uma perspectiva estratégica de participação combinada, no quadro da Aliança.

7.3. Portugal é membro da União Europeia, contribui empenhadamente para as suas várias políticas, incluindo a Política Europeia de Segurança e Defesa, e tem o maior interesse estratégico na estabilidade, coesão e aprofundamento do projecto europeu, numa perspectiva de acrescida solidariedade entre todos os Estados e povos nele participantes.

Por isso, no quadro específico da Defesa Nacional, interessa-nos a participação nas chamadas missões de Petersberg, tal como nos interessa que a União Europeia seja capaz de ter um protagonismo mais efectivo na resolução de conflitos ou de crises que lhe digam respeito.

Portugal contribui de uma forma efectiva, para melhorar as capacidades militares e civis colocadas à disposição da União Europeia, de que constituem principais elementos o desenvolvimento do Objectivo Global, centrado na criação de uma Força de Reacção Rápida, bem como os Objectivos de Capacidades.

7.4. Portugal tem toda a vantagem na preservação do vínculo transatlântico; no bom relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América; numa visão complementar e articulada das políticas de Defesa que se desenvolvem na NATO e na UE; e no reforço do pilar europeu da NATO. Esta complementaridade é a que melhor serve o interesse nacional, evitando a duplicação de esforços ou de investimentos, que resultaria de uma visão conflitual ou concorrencial entre as políticas de defesa atlântica e europeia.

7.5. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um instrumento relevante para o relacionamento entre povos ligados pela história, pela cultura e pela língua, para a afirmação lusófona nas instituições internacionais, e para a efectivação de uma comunidade de valores e interesses económicos culturais e de cidadania.

No âmbito da Defesa Nacional, a importância da CPLP deve ser acentuada, para, nomeadamente:

- reforçar a sua dimensão de Defesa;
- desenvolver a cooperação de Defesa, militar e não militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados;
- intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma a contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível das Nações Unidas;

- intensificar as relações bilaterais entre Portugal e os Estados lusófonos.

7.6. Portugal participa igualmente noutras organizações e instâncias internacionais, nomeadamente a OSCE, o Conselho da Europa e a UEO, pela relevância da sua contribuição para o reforço da paz, o aumento da confiança e o esforço de diálogo e cooperação internacionais.

No plano das diversas organizações e instâncias internacionais, Portugal apoia e participa nos esforços multilaterais que conduzem ao desarmamento e à não proliferação, ao aumento da confiança e do diálogo internacionais.

8. MISSÕES E CAPACIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

8.1. Em coerência com os valores permanentes, orientada para os espaços estratégicos de interesse nacional, visando fazer face às ameaças relevantes e cumprindo obrigações no quadro das organizações internacionais a que pertencemos, a Defesa Nacional, no plano das missões principais das Forças Armadas é o garante:

(...)

- da concretização dos objectivos do Estado e da satisfação dos compromissos internacionais do Estado, actuando como instrumento da política externa;

(...)

APÊNDICE 12 • SÚMULA DE LEGISLAÇÃO

DL N.º 56/81 DE 31MAR	MISSÕES INTERNACIONAIS
DL N.º 233/96 de 07DEC	ESTATUTO DOS MILITARES DAS FA's EM MISSÕES DE PAZ FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL
DL N.º 238/96 DE 13DEC	ESTATUTO DOS MILITARES EM ACÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR
DL N.º 192/95 DE 28JUL (Estrato)	ASPECTOS DA APLICAÇÃO DAS AJUDAS DE CUSTO NO ESTRANGEIRO
DL N.º 348/99 DE 27AGO	INSTITUI O SEGURO DE VIDA PARA MILITARES EM MISSÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS
DL N.º 10/2000 DE 10FEV	INSTITUI UMA LICENÇA ESPECIAL PARA FUNÇÕES PÚBLICAS EM TIMOR LESTE
Decreto Regulamentar Nº 13/95	ESTABELECE A ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA DGP/MDN
Decreto Regulamentar Nº 14/95	ESTABELECE A ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA-GERAL DO MDN
PORTARIA Nº 23/96 DE 06FEV	NATO - BÓSNIA-HERZGOVINA ABONOS PAGOS PELO RAMO A MILITARES EM SERVIÇO
PORTARIA Nº 66/97 DE 29JAN	AUTORIZA O CEMGFA A APRONTAR, SUSTENTAR E EMPREGAR AS FORÇAS DA SFOR
PORTARIA Nº 370/97 DE 06JUN99	DEFINE O VALOR DO SUPLEMENTO DE MISSÃO PARA AS MISSÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS
PORTARIA Nº 301/97 DE 07MAI	TABELA DE SUPLEMENTO DE MISSÃO EM ACÇÕES D COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR
PORTARIA N.º 473/98 DE 4AGO	PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 MESES NA SFOR

PORTARIA N.º 946/98 DE 31OUT	DEFINE A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO KOSOVO
PORTARIA N.º 87/99 30DEC98	DEFINE AS CLASSES DOS PAÍSES PARA EFEITOS DAS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS DE PAZ E DE COOPERAÇÃO
PORTARIA N.º 452/99 DE 22JUN	ACTUALIZA AS AJUDAS DE CUSTO DIÁRIAS ABONAR À M/EX/FA QUE SE DESLOQUEM EM MISSÃO OFICIAL AO ESTRANGEIRO E NO ESTRANGEIRO
PORTARIA N.º 565/99 DE 28JUL	PRORROGAÇÃO POR 12 MESES DA MISSÃO DA SFOR
PORTARIA N.º 566/99 DE 28JUL	AUTORIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DA FORÇA NACIONAL CONJUNTA PARA O KOSOVO
PORTARIA N.º 673/99 DE 20AGO	CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO MILITAR ADSTRITO À EMBAIXADA PORTUGUESA EM CAMBERRA
PORTARIA N.º 452/99 DE 22JUN	DEFINE AS AJUDAS DE CUSTO DIÁRIAS NO ESTRANGEIRO
PORTARIA N.º 905/99 DE 13OUT	REGULAMENTA O SEGURO DE VIDA PARA REPARAÇÃO DOS DANOS POR MORTE OU INVALIDEZ NAS MISSÕES HUMANITÁRIAS
PORTARIA Nº 908/99 DE 14OUT	ENVIO DA FRAGATA VASCO DA GAMA PARA TIMOR
PORTARIA N.º 909/99 DE 14OUT	ENVIO DE 50 MILITARES PARA TIMOR
PORTARIA N.º 264/2000 DE 17MAI	FIXA A COMPOSIÇÃO DA MISSÃO DE PO EM DILI (INCLUI O ADIDO MILITAR)
RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 58/99 DE 27MAI	CONSTITUIÇÃO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO PORTUGUESA AO PROCESSO DE CONSULTA DA ONU EM TIMOR-LESTE